



Anais da Assembléia

Nº 51

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1983.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Jorge Maia Filho, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Leônidas Chaves, Nilso Squarezzi, Nelson Buffara, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada e Tércio Albuquerque. (41). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Werner Wanderer, Augusto Carneiro, Basílio Zanuso, Caíto Quintana, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gabriel Sampaio, Irondy Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Pereira, Quielse Crisóstomo, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tuguio Setogutte. (16). E em licença, Wilson Fortes. (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A constatação do desenvolvimento e da pujança de uma cidade também se faz pela expansão dos meios de comunicação social colocados à disposição da opinião pública. Há sete anos, no auge de um notável crescimento econômico e social, assumindo uma liderança regional invejável, com reflexos favoráveis em todo Estado, o Município de Cascavel ganhava um novo e importante instrumento para balizar o seu progresso: "O Paraná". Jornal marcado por uma linha editorial ágil, corajosa e moderna. Tem procurado continuamente renovar os ideais que marcaram o seu surgimento e de um jornal para atender o Oeste e o Sudoeste, "O Paraná", pelas teses que defende e pelo peso político que representa, é hoje um dos mais destacados órgãos da imprensa paranaense. Sua independência se reflete nas posições que assume, sob a direção do jornalista Emir Sfair, cuja experiência e capacidade tem servido para a formação de uma escola adulta e voltada aos interesses maiores do Paraná. Pelos sete anos de fundação do jornal "O Paraná", requeiro à Mesa, na forma regimental, um voto de regozijo aos que, trabalhando na redação, nas oficinas, nos laboratórios e na administração dessa empresa jornalística têm construído a sua grandeza. Da decisão plenária, solicito se dê ciência ao jornalista Emir Sfair.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos que a este subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo Sr. Luiz Felipe Haj Mussi, digníssimo Secretário de Estado da Segurança, sobre o seguinte: a criação de uma Ciretran no Município de Pérola, deste Estado, levando-se ao ilustríssimo Sr. Mário Stann, mui digno Diretor do Detran do Paraná, tal necessidade pelo desenvolvimento que se verifica na área, com elevado número de veículos registrados e sob intenso processo de transferências por alienações, abrangendo, se possível, vastas áreas circunvizinhas.

Tal procedimento vem de encontro aos altos interesses daquele município por seu Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e Comunidade.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura, para que autorize a reabertura de um Posto da CAFE DO PARANÁ, no Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Prudentópolis é um município com amplo potencial agrícola, haja vista a grande produção de batata, feijão, milho, soja, etc., que necessita da participação da CAFE do Paraná no processo da ampliação de suas áreas plantadas, razão por que se justifica a solicitação acima para o progressivo Município de Prudentópolis, e a CAFE do Paraná sendo uma empresa que se dedica ao fomento da agricultura em todo o Estado, através da assistência técnica e distribuição de sementes, será uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento daquele município.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Nelson Friedrich, Secretário do Estado do Interior, solicitando iluminação pública onde a mesma não existe, em todo perímetro urbano de Marechal Cândido Rondon — Pr.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é feita em virtude de sabermos da importância que ela representa para todos os moradores do perímetro urbano.

Ela se faz necessária e por isso esperamos contar com o apoio de todos os Deputados presentes.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Senhora Secretária de Educação, para que a mesma solicite da Fundepar, a construção de uma unidade escolar, para o funcionamento do 1.º Grau, no Município de Ipiranga.

Os motivos que levam a esta solicitação, são que a capacidade física que possui a escola em funcionamento, já se encontra totalmente tomada e o prédio onde está situado o atual estabelecimento de ensino, trata-se de uma construção antigüíssima, sendo a mesma fundada em 1920 e estando em péssimo estado de conservação.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, para que o mesmo solicite a Copel, a construção de uma Rede de Energia Elétrica no Loteamento Bela Vista, no Município de Ipiranga.

A construção da Rede de Energia Elétrica se faz necessária, devido ao fato de que o referido Loteamento possui 42 casas já habitadas e sem iluminação elétrica.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, solicitando a liberação de verba para o término de construção da quadra de esportes, do Município de Ipiranga.

Tal solicitação prende-se ao fato da necessidade de finalizar a referida obra, que a muito tempo é aguardada pela população do município.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a ligação asfáltica do Município de Ipiranga à BR-373, numa extensão de 20 km.

Tal solicitação prende-se ao fato de que quando ocorrem chuvas, a estrada fica totalmente intransitável, conseqüentemente prejudicando o escoamento das safras agrícolas do município.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro do Interior, apelando no sentido que seja determinado ao DNOS, a dragagem do Rio Barreiro, no centro da cidade de Rebouças, Estado do Paraná, numa extensão de 1.500 metros lineares.

Tal solicitação se faz necessária, pelo motivo de que a cada chuva, nossa cidade corre sérios riscos de ser invadida pelas águas que não possuem fluxo para se evadirem.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido da construção de Mini-Postos de Saúde nos bairros Lar-Paraná e Vila Urupês, na cidade de Campo Mourão.

Trata-se de uma necessidade urgente, tendo em vista o grande número de habitantes daqueles bairros, sendo cerca de 18.000 no Bairro Lar-Paraná e 8.000 na Vila Urupês.

Os moradores dos referidos bairros, são na sua maioria, pessoas de baixa renda, subempregadas e grande parte desempregada. Para um atendimento mais adequado e humano àqueles moradores, muitos sem nenhum tipo de previdência, urge a construção de Mini-Postos de Saúde nos citados bairros, medida que viria minorar um pouco o sofrimento daquela parcela da grande comuna mourãoense.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido da construção de dois ginásios de esportes de pequeno porte, nos bairros Lar-Paraná e Vila Urupês, ambos na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Os bairros Lar-Paraná e Vila Urupês, são os dois maiores bairros de Campo Mourão. Possui, o primeiro, uma população de cerca de 18.000 pessoas e o segundo, uma população de cerca de 8.000 pessoas. Mais de 60% dessa população é constituída de pessoas na faixa etária entre 14 e 25 anos. Como é sabido, Campo Mourão possui um ginásio de esporte de médio porte, localizado fora da cidade, ou seja, na rodovia que liga Campo Mourão a Cascavel. Possui também um pequeno ginásio de esportes, localizado na parte central da cidade.

Acontece que dado ao grande número de jovens sedentos de uma diversão sadia, grande parte da população jovem de Campo Mourão, e mais especificamente dos bairros Lar-Paraná e Vila Urupês, ficam sem um local para a prática de esporte, dado a distância do único ginásio de esporte existente com possibilidades reais de uso e o acúmulo de pedidos por parte da juventude para o uso do referido ginásio, além dos campeonatos que via de regra são disputados naquela localidade.

A construção de dois ginásios de esporte de pequeno porte naqueles bairros, faria com que a juventude de classes menos privilegiadas também tivessem direito às diversões proporcionadas pelo esporte, evitando, destarte, que se marginalizassem e partissem para diversões escusas.

Vale salientar ainda que a construção dos referidos ginásios de esportes, além de premiar uma justa reivindicação dos moradores daqueles bairros, abriria novas frentes de trabalho na construção civil, afastando assim, o fantasma do desemprego que de há muito assusta o município modelo do Paraná.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao DD. Secretário do Interior, Deputado Nelson Friedrich, solicitando ao mesmo que

seja efetuado o asfaltamento da área interna do Conjunto Habitacional Henrique Alves Pereira, na cidade de Ibiporã - PR, resolvendo, desta maneira, os graves problemas enfrentados pelos moradores daquele densamente habitado conjunto.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Presidente do IAPAS — Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, Dr. Eduardo Corta de Miranda Avic, solicitando ao mesmo que dê caráter de urgência ao atendimento à solicitação da ASPAS — Associação dos Servidores da Previdência Social de Londrina, que há anos pediu a doação ou venda de um terreno de 4.000 m² situado em Londrina, para a construção de um conjunto de apartamentos a serem vendidos aos servidores da Previdência e Assistência Social.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Há anos tramita nas teias burocráticas da previdência social a solicitação da ASPAS — Associação dos Servidores da Previdência Social de Londrina, de doação ou venda do terreno de 4.000 m² situado na esquina das Ruas Alagoas e Uruguai na cidade de Londrina, a ser utilizado para construção de um conjunto residencial destinado aos funcionários da Previdência Social naquela cidade.

Vale salientar que a ASPAS não pede a simples doação de um terreno, mas se propõe a adquiri-lo com uma finalidade específica de atendimento aos interesses de seus associados. Além disso, cabe a solicitação de urgência, pois segundo notícias veiculada pelo jornal "O GLOBO" do Rio de Janeiro, em sua edição de 26/02/83, o BNH efetuará ou intermediará a compra dos terrenos de propriedade do IAPAS e não utilizados por este instituto.

Além do que já foi citado, é bom lembrar que o terreno em questão, atualmente utilizado pela Prefeitura Municipal de Londrina, por ser uma área relativamente pequena e central, terá uma utilização mais racional se for destinado à ASPAS para a execução de seu projeto de atendimento aos seus associados.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Sr. JOSÉ RICHÁ, Digníssimo Governador do Estado, DENI LINEU SCHWARTZ, Digníssimo Secretário dos Transportes e OLÍVIO ZANELLA, Digníssimo Diretor Geral do D.E.R., solicitando a estadualização das estradas abaixo especificadas.

1. Estrada ligando Guaraniáçu a Altamira, que passa por Santa Luzia;
2. Estrada ligando a BR 277 a Campo Bonito, Sertãozinho, Agrinco e Braganey;
3. Estrada ligando a BR 277 a Diamante, Vila União até Palmital (atravessa o rio Piquiri).

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

As estradas de que trata o presente requerimento, são conservadas a nível de município, os quais não possuem verbas suficientes para a devida manutenção.

Guaraniáçu, município de grande extensão territorial, é responsável pela manutenção de uma grande malha rodoviária, não sendo possível, com as verbas que recebe, dar conservação necessária àquelas estradas.

Na época de colheita, geralmente com chuvas, aumenta o tráfego de veículos pesados, tornando-se difícil o acesso aos locais de produção, causando assim, prejuízos à região e ao Estado.

Ao atribuir ao D.E.R. a manutenção dessas estradas, o qual possui maiores recursos, essa mudança trará inúmeros benefícios de natureza econômica, social e até mesmo política.

O processo de desenvolvimento daquela região, e em particular dos municípios ligados a essas estradas, depende de uma constante manutenção daquelas rodovias, o que não está sendo feito pelos municípios, por total falta de verba.

Torna-se, portanto, imperiosa a estadualização das rodovias citadas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício aos Excelentíssimos Srs. DENI LINEU SCHWARTZ, digníssimo Secretário dos Transportes e OLÍVIO ZANELLA, digníssimo Diretor Geral do D.E.R., solicitando a pavimentação do antigo acesso ligando a BR 277 ao Município de Guaraniáçu.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação do antigo acesso que liga a BR 277 à cidade de Guaraniáçu, é antiga reivindicação da população daquela comunidade.

Guaraniáçu está estreitamente vinculada a Cascavel e a pavimentação desse acesso evitará que seus moradores dêem uma volta de aproximadamente 10 km para chegar àquela cidade.

O atual acesso está em péssima situação com a pavimentação totalmente comprometida pela falta de manutenção, além de, em função de sua localização, impedir que muitos caminhões carregados possam chegar a Guaraniáçu, tal é o aclave deste acesso.

É, portanto, necessária a pavimentação do outro acesso e justa a reivindicação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. General José Costa Cavalcanti, DD. Presidente da Itaipu-Binacional, solicitando indenização de Cr\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de cruzeiros) ao Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao ressarcimento de despesas que o Município de Campo Mourão teve com o recapeamento de asfalto, o qual foi danificado pelo tráfego de veículos pesados que se dirigiam com maquinários a Itaipu-Binacional.

Como todos sabem os municípios brasileiros estão todos carentes e o município em tela não foge a essa regra geral, daí o mesmo não poder arcar com o pesado ônus que lhe causou o tráfego dos veículos que se dirigiam a Itaipu, sendo necessário por justiça e por direito que a Itaipu venha a ressarcir os prejuízos que teve Campo Mourão.

REQUERIMENTO.

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes e ao Excelentíssimo Sr. Presidente do

D.N.E.R. solicitando imediatas providências no sentido de ser construído um "Anel Viário" na sede do Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.
(a) AMÉLIA KRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão é centro da Micro-Região da Concam, e é também o centro rodoviário de vasta região de nosso Estado, daí ser a movimentação de suas vias públicas intensas, principalmente no que tange a veículos pesados, que por ali passam para alcançarem outras vias de acesso ao Porto de Paranaguá ou a Itaipu Binacional ou ainda aos maiores centros como São Paulo. Daí a imensa dificuldade que passa o município para conseguir manter um bom estado suas vias públicas, dado que o tráfego pelas mesmas, de veículos pesados, é uma constante, sendo urgente a medida que ora solicitamos da construção de Anel Viário para poder desviar o tráfego pesado, deixando assim a população que ali reside sem os constantes traumas de acidentes como ultimamente vêm ocorrendo.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, no sentido de urgenciar a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento, na Comarca de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.
(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

É uma velha reivindicação da classe jurídica e trabalhadora de Campo Mourão que, quando necessitam demandar em juízo para pleitear seus direitos, as audiências são marcadas com prazo médio de 6 meses da data da reclamação. Sabemos que não se trata de negligência dos juízes das varas cíveis da Comarca de Campo Mourão, mas sim do acúmulo exarcebado de ações que tramitam naquelas duas varas. Ademais, a Justiça do Trabalho foi criada para ser ágil, pois via de regra, quando um trabalhador demanda em juízo ele está desempregado. Com o arrastar de um processo trabalhista, muito embora devesse ser rápido, sente-se o trabalhador constrangido até de pleitear seus direitos, faculdade garantida pela nossa Carta Magna.

Ademais, a Junta de Conciliação e Julgamento poderia ser instalada nas próprias dependências do Fórum daquela Comarca, que possui salas vagas que podem ser utilizadas para tal fim.

Com a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento na Comarca de Campo Mourão, inúmeros municípios vizinhos seriam beneficiados com tal medida como: Mamborê, Janiópolis, Juranda, Boa Esperança, Roncador, Araruna e Peabiru, dentre outros, que distam em média 30 km da sede da Comarca de Campo Mourão.

A classe jurídica, bem como toda a comunidade mourãoense e municípios adjacentes, sentir-se-ão jubilosos com a efetivação de tal medida, ou seja, a instalação, com a máxima urgência, da Junta de Conciliação e Julgamento, na Comarca de Campo Mourão.

REQUERIMENTO.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja enviado ofício ao Secretário do Planejamento, para que seja oficiado ao Presidente da Famepar, solicitando-lhe cooperação jurídica para que os municípios do Estado possam ser beneficiados por decisão do STF, segundo o qual é inconstitucional o recolhimento de 20% dos valores recolhidos pelo Incra nos últimos 5 anos, em prejuí-

zo, portanto, do Imposto Territorial Municipal.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

A grave situação econômica pela qual vem passando a maioria dos municípios do Paraná faz com que muitos deles nem mesmo disponham de recursos para requerer o percentual de valores inconstitucionalmente confiscados pelo Incra, em detrimento do Imposto Territorial Municipal. É, portanto, em função deste quadro desolador, que necessária se faz a participação da Famepar, para que os municípios possam habilitar-se até mesmo a nível de burocracia jurídica, a perceber as vantagens acima arroladas e que se encontram devidamente amparadas em decisão do Supremo Tribunal Federal.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado, ao Excelentíssimo Sr. Diretor Presidente da Minerais do Paraná S/A — Mineropar, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, apelo no sentido de que seja instituído concurso público para escolha do projeto da construção da nova sede da empresa.

Tal procedimento vem atender as exigências da legislação federal sobre a matéria e representa o anseio de todos os arquitetos paranaenses, representados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB, além de se constituir num dos compromissos da atual administração do Estado, assumidos durante a campanha de socializar as oportunidades, tratando a todos os profissionais de igual competência de uma maneira justa e imparcial.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.
(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoioamento: Márcio Almeida.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência o que expõe a seguir:

Manifestando minha estranheza pela entrega à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, do Relatório da Comissão Especial - Usina Central do Paraná, sem prévia consulta a este Parlamentar, membro da referida Comissão, devo salientar a Vossa Excelência que o Relatório em questão é apenas um esboço traçado para posterior elaboração, estando conseqüentemente incompleto, faltando documentos que devem ser juntados, bem como minha assinatura que deverá ser aposta no final do texto.

Assim sendo, pelos motivos expostos, requeiro a Vossa Excelência sua retirada da Mesa Executiva.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.
(a) FUAD NACLI.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 54/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - a letra "b", do § 2º do Art. 17 da Lei Complementar nº 2, de 22/12/76 - Estatuto do Magistério, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 —
§ 1º
§ 2º
a)
b) quem esteja exercendo, atividade no Magistério Oficial do Estado".

Art. 2º — Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 18 de maio de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

Nas disposições da Lei Complementar nº 2, existe o impedimento legal para que o Professor com mais de 45 anos possa submeter-se a concurso para novo padrão no próprio magistério. (Art. 17 - § 2º - letra "b"). Pretendemos com a presente modificação, do citado Artigo reparar essa injustiça aos integrantes do Magistério Público Estadual, possibilitando assim, àqueles que já possuem larga experiência na área da Educação, pode se submeter a concurso para outro padrão, e assim beneficiar o próprio ensino paranaense.

Nestas condições é que apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje estamos aqui na tribuna apenas para um agradecimento aos companheiros, aos amigos de ambas as bancadas, que me deram voto de solidariedade, ao meu líder, Luiz Alberto de Oliveira, aos meus companheiros e aos meus amigos do Partido da Situação.

Queria dizer que, neste momento, que passamos por uma trajetória onde é preciso e necessário que o povo saiba da verdade que existe nos bastidores e dizer do embuste do Deputado Antônio Belinatti, de um ex-Deputado que respeitamos.

Quero deixar meus agradecimentos aos companheiros de ambas as bancadas. No momento crucial que atravessamos, no momento em que pedimos justiça que não queremos passar por usurpadores de mandato, no momento em que estamos sofrendo no nosso íntimo, tivemos esta benesse dos companheiros, dos amigos, de nosso partido e do Partido do PMDB, nossos amigos que admiramos. Quero dizer de público, alto e bom som, qual seja o descecho desta luta, haveremos de agradecer e de reconhecer na Assembléia Legislativa todos os Deputados representados pelos Líderes Nilso Sguarezi e Luiz Alberto, dizendo unicamente: Deus lhes pague! Se estivermos, Sr. Presidente, se estivermos Srs. Deputados, ilustre bancada do meu Paraná, a usurpar qualquer coisa que pertença a outros, quero dizer que queremos justiça. Queremos apenas que o Sr. Antônio Belinatti pare de fazer demagogia em cima dos homens que não querem outra coisa se não o bem-estar de sua terra e de sua gente.

Hoje quero agradecer principalmente à Bancada da Situação que me deu um voto de confiança e me ensinou a acreditar nos homens que estão ao lado dos paranaenses. Muito obrigado, meu Presidente; muito obrigado, Deputado Nilso Sguarezi e sua bancada; muito obrigado, meus companheiros do PDS. A justiça há de dizer a verdade.

Chega de demagogia. Chega deste homem tumultuar o Paraná, de mudar de partido como quem muda de camisa. Vir à tribuna, vir à imprensa dizer que ele está sendo usurpado. Graças a Deus, graças ao Onipotente, temos homens de boa vontade, como temos nas duas bancadas.

Só quero dizer aos meus companheiros, aos amigos do PMDB: Deus lhes pague. E se eu estiver usurpando o mandato que não me pertence, quero justiça.

Agradeço a todos. A minha família e eu ontem ficamos satisfeitos. Aos nossos companheiros, só tenho a dizer a vocês: Deus lhes pague. Muito obrigado. Meus companheiros do PMDB, meus irmãos do PDS, haveremos de ser um conjugado, um bloco monolítico em defesa da verdade. É preciso que se esclareça a verdade. Basta dos homens usarem e abusarem e nos chamarem de usurpadores de mandatos. De usarem elementos esdrúxulos, elementos que nos põem numa situação difícil. Ontem foi o melhor dia de minha vida, porque recebi de todos os companheiros das duas bancadas um voto de confiança. Peço a Deus

que me faça merecer este voto. Este voto de confiança, Sr. Presidente, quero deixar transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa. O meu agradecimento para a Bancada do PMDB. No momento difícil que estamos atravessando, no momento da calúnia, tivemos o apoio dos companheiros do PMDB, tivemos o apoio de nossa bancada. E a vocês, companheiros do PMDB, que Deus lhes pague. Sr. Presidente, estou gratificado. Sr. Presidente, seja qual for a decisão, agradeço a vocês todos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Excelentíssima Senhora Deputada Amélia. (Lê): "Conviver com a burocracia é regredir, é andar para trás numa administração, seja municipal, estadual ou federal.

O tempo que se perde com os protocolos, as formalidades, as agendas, a espera nas ante-salas, daria para produzirmos, para trabalharmos pelo menos mais meio ano, a cada ano de administração.

Por isso, uso da tribuna para, além de denunciar o caos burocrático que estamos enfrentando na administração estadual, esclarecer aos Prefeitos, aos Vereadores, aos dirigentes, lideranças municipais, ao povo, de que continuarei a atendê-los e encaminhar as suas solicitações às Secretarias de Estado; mas, de agora em diante, só o farei por vias diretas, mais provavelmente os correios. Pessoalmente, não irei mais à Secretaria Estadual alguma, e explico o porquê dessa decisão: para se conseguir falar com um Secretário, cujo cargo, na verdade, foi alcançado através de nosso trabalho, de nossas campanhas políticas, principalmente é preciso passar por uma agenda e aguardar um longo período para que seus "eficientes" assessores nos consigam como uma dádiva, alguns minutos, do somente valioso tempo deles.

Mas, doce ilusão, quando chega o dia desses minutos, a tal agenda não funciona, não é cumprida, num acintoso desrespeito às pessoas que aguardam, com extrema paciência, a audiência necessária.

Srs. Deputados: não podemos continuar a ser tratados como súditos de reis que não existem. A cada um o seu papel, mas numa relação de convivência democrática, de trabalho com objetivos e fins comuns, que é o bem-estar da população e o encaminhamento das soluções para os problemas da comunidade que nos elegeu.

Essa comunidade quer ver trabalho, eficiência, boa vontade por parte dos dirigentes aos quais delegou sua representatividade. E não é isso que temos visto na administração de nosso Estado. Temos observado, isso sim, inoperância, esnobismo, imaturidade, responsáveis pelo fortalecimento da burocracia, este mal que levou o Governo Federal a criar até um Ministério especial, para tentar resolvê-lo, mas não é com um Ministério, não é com cursos e palestras, não é com boas intenções que se acaba com a burocracia. É com a consciência de bem administrar que se coloca o Estado a serviço da comunidade, objetivo principal que deveria mover as atitudes e decisões de nossas autoridades. É com a determinação consciente e firme de que os problemas existem para serem resolvidos; é com o respeito ao povo e aos seus representantes que se faz um grande governo. É olhando o companheiro como um amigo, um colaborador, um irmão.

Todavia, para muitos Secretários de Estado, do nosso Estado, o Deputado é um intruso, um chato ou não sei qual o adjetivo sentido mas não pronunciado.

Assim, de hoje em diante, ficarei com o meu povo, com os meus companheiros do PMDB, neste Poder ou no meio da rua, lutando por melhores dias para o Paraná e para que exista respeito entre o Poder Executivo e o Legislativo".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"A conjuntura econômica é das mais adversas para a Nação. As classes produtoras e empresariais enfrentam dias sombrios, oprimidas pelas elevadíssimas taxas de juros que não apenas comprometem sua sobrevivência - e aí está o séquito sinistro das falências e concordatas - mas ainda contribuem para o acelerado aumento do custo de vida, penalizando toda a comunidade brasileira.

Decorrência inexorável dessa crise, sem precedentes na vida do País, é a descapitalização crescente do empresário nacional que se vê obrigado a socorrer-se do sistema bancário, onerando-se com pesadíssimos ônus financeiros que culminam por levá-lo ao inevitável encerramento de suas atividades. Não é difícil projetar-se, nesse quadro, a tragédia do desemprego e o agravamento das tensões sociais de imprevisíveis conseqüências.

Paralelamente ao angustiante fenômeno, assistimos campear a agiotagem institucionalizada que transformou um País pobre de recursos produtivos num festival de desenfreadas especulações, exposto ao ridículo perante as nações realmente sérias deste planeta. Porque fascinadas pela falsa lucratividade de certas atividades especulativas grande número de pessoas abandonam setores produtivos, que realmente geram riqueza para a Nação, para se entregarem ao ganho fátuo da remuneração rápida e generosa para seu dinheiro.

Chegaremos em breve, Sr. Presidente, a um terrível impasse quando ninguém mais quiser produzir e todos quiserem especular no mundo financeiro, por culpa de um modelo econômico inteiramente distorcido e oposto aos verdadeiros anseios de nossa Pátria.

A par disso, dispararam os custos dos insumos e dos implementos agrícolas, inviabilizando a atividade rural. Basta lembrar que se em 1980 com apenas um boi o pecuarista comprova 2,21 toneladas de adubo, fórmula 430,18, em março deste ano ele não consegue comprar, com um boi, mais que 0,60 tonelada do mesmo adubo.

Em 1980, com 25 bois se comprava um trator. Hoje são necessários 99 bois para a aquisição do mesmo trator.

Em janeiro de 1980, com o produto da venda de um boi era possível ao pecuarista comprar 3.626 doses de vacina anti-aftosa. Em março deste ano, o valor do mesmo boi não dava para ser transformado em mais de 1980 vacinas do mesmo tipo.

Com 715 sacas de soja o agricultor conseguia, em 1980, comprar um trator. Em março deste ano, eram necessárias 1960 sacas para a compra do mesmo trator.

Estes dados nos foram fornecidos pela diretoria do Sindicato Rural de São Gabriel que nos anexa, também, um quadro demonstrativo da vertiginosa alta ocorrida na maioria dos produtos veterinários empregados na criação, com itens de até 6,702% de elevação entre janeiro de 1980 a março de 1983.

É ainda da mesma fonte esta informação: em janeiro de 1980, com 754 sacas de arroz se comprava um trator, operação para a qual são hoje necessárias 2.119 sacas. Em princípios de 80, com 13,4 sacas de arroz o agricultor adquiria uma tonelada de adubo: hoje ele precisa juntar 35,23 sacas para a compra da mesma tonelada desse mesmo adubo.

Mas as vicissitudes do homem do campo não param por aí: entre agosto do ano passado e janeiro deste ano, ocorreram 26 vítimas fatais dos venenos agrícolas, afora 1.600 intoxicados com gravidade.

E como se tudo isso não bastasse, Sr. Presidente, estamos hoje recebendo o protesto de pequenos agricultores do Oeste contra os exagerados preços que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel - vem cobrando pelos serviços de eletrificação rural. Basta dizer que só o custo de um transforma-

dor de 5 KVA está na ordem de 750 mil cruzeiros, o que frustra ao pequeno lavrador realizar o acalentado sonho de modernizar as suas atividades e incrementar sua produção. Ninguém desconhece que é da soma do esforço das pequenas e médias propriedades agrícolas que o Paraná desponta na liderança de grãos em todo o País.

Faço, pois, desta tribuna, o mais veemente apelo para que a Copel reexamine sua política no setor da eletrificação rural em nosso Estado, evitando maiores sacrifícios ao produtor de menores recursos, que se vê compelido a abandonar o amanho da terra e engrossar as legiões de párias sociais que congestionam os grandes centros urbanos.

O Governo do Paraná, que se alçou ao Poder sob o signo das mais radiosas promessas ao homem do campo, tem o dever irrenunciável de impedir que a crise mais se agrave por culpa de seus próprios atos e de suas antipáticas paraestatais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa registra com satisfação a presença em plenário, do Sr. Geraldo Alves Caetano, Vice-Prefeito da Cidade Gaúcha e do Sr. Edvaldo Laurindo de Oliveira, Vereador Líder do PMDB daquela cidade; do Prefeito de União da Vitória, Sr. Alcides Fernandes, que se faz acompanhar do seu Vice, Sr. Hilário Clivatti.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os professores Valter Bittencourt e Leomar Barreto Suckow, diretores da Associação dos Diretores das Escolas Públicas do Estado do Paraná, procuraram este Deputado, no dia de ontem, para fazerem uma denúncia que considero grave e para a qual peço a atenção da Liderança do Governo nesta Casa.

Disseram formalmente: "a Secretaria de Educação está tramando a derrubada dos atuais diretores de escolas estaduais, sem se importar com os gastos financeiros e com o trabalho que tem que desenvolver para alcançar o seu objetivo.

Foram além, afirmando que a Secretaria de Educação mobiliza hoje automóveis e funcionários para executarem pressões junto a diretores e diretoras de escolas públicas do Paraná.

Denunciaram mais os ilustres professores afirmando que, recentemente, numa reunião realizada na Cetepar, que é o Centro de Treinamento de Professores do Paraná, a responsável pelo Departamento de Assuntos Universitários, usou literalmente a seguinte expressão ao se dirigir aos diretores presentes: "É preciso lutar para derrubar o regime imperialista que está aí", acusando os diretores de culpados e coniventes com a prática de crimes cometidos.

Não sei quais são esses crimes, porque a mim não foi dada nenhuma explicação. Mas, creio que compete ao Governador José Richa solicitar explicações à Secretaria de Estado da Educação.

E mais, creio que já é oportuno, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Paraná inteiro seja respeitado por uma administração pública que foi eleita majoritariamente pelo seu povo, mas que no entanto, vem sendo a cada dia que passa deteriorada, ou pela falta de energia, ou pela falta de lideranças, ou pelo descaso, ou pelo deboche, ou pela forma menos cordial e menos cômica de se tratar as pessoas que dependem desta mesma administração.

Quero eu agora, desta tribuna, denunciar como verdadeira farsa o que pretende o Governo de Estado para preencher os cargos de direção das escolas públicas paranaenses, eleição que na verdade é uma meia eleição. Porque, eleição quando se faz, o mais votado ganha e leva. E neste caso o que pretende a Secretaria de Educação é uma lista tríplice contrariando os próprios compromissos de campanha do Governador e de sua equipe de Governo.

No dia 17 de junho, o Paraná vai assistir e testemunhar essa grande farsa que é a escolha de três nomes para que um

deles seja nomeado pela Secretária da Educação. Farsa sim, porque se pretendeu, como se disse reiteradas vezes aqui nesta Casa, eliminar-se o comando político, tirar a influência dos Deputados Estaduais dos Municípios, mas isso não será feito!

E com agravante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que o professor menos votado, pelo simples apadrinhamento político poderá ser o Diretor, numa violência à instituição soberana do voto secreto, do mesmo voto que conduziu o Sr. José Richa ao Palácio do Governo.

Registro pois tristemente a denúncia daquela entidade, ao mesmo tempo em que apelo ao Sr. Governador para que suste esta farsa que é eleição, que na verdade de eleição nada tem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A princípio nós não pretendíamos nesta tarde ocupar a tribuna do Poder Legislativo, mas ouvindo atentamente o pronunciamento do grande Deputado Gabriel Manoel, nós aqui estamos para relatar fatos importantes na vida política paranaense.

E cabe a nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que quando pela primeira vez ocupávamos esta tribuna, dizíamos aos Srs. que respeitávamos todos os Deputados deste Poder Legislativo, tanto da Bancada do PDS como também da Bancada do Partido a qual pertencemos.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao ouvirmos o pronunciamento do nosso companheiro, Deputado Gabriel Manoel, jamais poderíamos deixar de omitir-nos de usar desta tribuna, para aqui trazer a nossa solidariedade ao Deputado Gabriel Manoel.

Vejo, na sua vida parlamentar - apesar dos atritos através desta tribuna, mas cada um tem o direito, o idealismo de pregar neste Poder Legislativo a sua ideologia partidária, em defesa da comunidade paranaense - honradez e dignidade.

Reconhecemos em Gabriel Manoel, como Parlamentar, o homem que vem aqui desempenhando suas funções durante vários mandatos e que merece o respeito e o respaldo, principalmente da minha pessoa, deste Deputados que lhes fala neste instante.

Mas, jamais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poderíamos comparar a pessoa de Antônio Bellinati com a pessoa do Deputado Gabriel Manoel.

Iniciando pela sua forma, Deputado Gabriel Manoel, pela bandeira que Vossa Excelência sustentou dentro de seu partido, mantendo a sua fidelidade junto a ele e aos seus companheiros, nas lutas árduas das campanhas próximas passadas.

Para citarmos exemplos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de um ex-político que vendeu a consciência e traiu a cidade de Londrina, quando eleito pela votação maciça do ex-MDB e que depois trai a consciência do povo londrinense, achando que era o senhor absoluto neste Estado do Paraná e que se dizia inclusive em concorrer ao cargo de Governador do Estado do Paraná, e que, na verdade, não teve em si a capacidade apenas de se eleger como Deputado Estadual pelo Estado do Paraná.

E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos aqui, solidários ao Deputado Gabriel Manoel, e, ainda para tranquilizá-lo, porque temos certeza que essa apelação feita pelo ex-político Antônio Belinatti não surtirá efeito algum e nem resultado positivo, porque na verdade, nós que militamos na vida pública, temos que saber perder e ganhar as eleições e não procuramos subterfúgios a fim de enganar a consciência do povo paranaense, alegando que houve fraude nas urnas de 15 de novembro.

Então é isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqui regis-

tramos hoje, nos Anais deste Poder Legislativo, a nossa solidariedade ao Deputado Gabriel Manoel e a confiança e certeza que temos que, em todos os recantos paranaenses, as apurações das eleições próximas, passadas, foram efetuadas com imparcialidade e tranquilizamos o nobre colega por este Estado, representando os seus eleitores e a sua região. Estaremos aqui dispostos a oferecer nossa solidariedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Senhora e Srs. Deputados.

Inicialmente, faço registro da correspondência recebida que, em seguida, passaremos às mãos da Liderança da Bancada do PDS, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, que desmente o pronunciamento feito pelo Líder Luiz Alberto de Oliveira na semana que passou e ontem reafirmado, em relação as demissões e contratações da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, na função de diretores, que na acusação do Líder Luiz Alberto de Oliveira, estaria havendo demissões de baixos salários e contratação de altos salários, informado que estava pela Delegacia Regional do Trabalho.

Os documentos estão em nossa posse, e a única diferença que existe diz respeito ao Salário Família, da importância de Cr\$ 3.535,20, no caso de um diretor, e no outro de Cr\$... ..2.356,00, são as únicas que existem nas contratações e demissões daquela Secretaria.

O segundo registro é em relação à greve de paralização, de um dia, que hoje os estudantes da Universidade Católica do Paraná fazem como protesto, como tentativa para revogação do pagamento semestral único, movimento democrático que os estudantes daquela universidade vêm há muito desenvolvendo e com o qual a Bancada do PMDB se solidariza e apóia a luta dos estudantes da Católica do Paraná.

Sr. Presidente, Senhoras, Srs. Deputados. (Lê):

“Nunca exerci meu direito de escolher o Presidente do meu País. Assim como eu, a maioria da população brasileira jamais de manifestou livremente a respeito. E dentre todas as implicações decorrentes deste fato sobressai-se uma: a de que refutamos toda e qualquer tentativa de envolvermo-nos na co-responsabilidade pela atual crise econômica. Esta deve ser debitada na conta-corrente do PDS e dos seus mentores.

A reconquista das eleições diretas para Presidente da República sempre esteve presente na pauta de lutas da oposição brasileira. E temos sido coerentes nesta nossa plataforma. São infrutíferas as tentativas do regime autoritário, via PDS, de nos tachar de contraditórios ou titubeantes nesta nossa luta. Sempre que os limites do arbítrio vigente nos permitem, temos marchado firmemente neste rumo. Exemplo disto são as eleições internas que o PMDB realiza este ano para renovar suas direções municipais, estaduais e nacional. Estamos em fase preparatória das Convenções Municipais de 3 de julho.

Enquanto isso o PDS vem também mantendo a sua coerência, Só que no rumo inverso. O do autoritarismo e da manutenção do arbítrio. Sobre eleições diretas para Presidente da República de vez em quando se ouvem vozes isoladas de líderes do PDS. Mas vozes que, além de isoladas, calam-se rapidamente quando saem do terreno da retórica e entram no terreno das atitudes concretas.

Não é outra a situação atual do PDS quando cancelam suas eleições internas previstas anteriormente em lei. Lei aliás que foi modificada pela iniciativa deles. Cancelam e passam a se dedicar à confabulações e providências girando em torno da constituição do colégio eleitoral, para escolher indiretamente o próximo Presidente da República.

Parabéns, Srs. Líderes do PDS. Belo desserviço estão mais uma vez prestando à democracia. Trabalhando para consolidar o regime de exceção imposto à Nação pelo golpe de 1964.

Neste sentido é ilustrativa a reportagem publicada pelo jornal "Folha de São Paulo", do último domingo. Deixa a nu as confabulações e tiradas de tapete que no seio do PDS, aquele que sucedeu o outrora "maior Partido do ocidente", vem se desenvolvendo nos dias atuais. E faz parte da reportagem um pequeno trecho (será que na proporção do PDS paranaense?) referente ao quadro partidário pedessista no Paraná. Pela sua leitura podemos tomar conhecimento dos desdobramentos da luta pelo espaço e domínio entre os grupos do Sr. Paulo Pimentel e do Sr. Ney Braga.

Mas, mais importante que isso, pela leitura da reportagem, podemos também tomar conhecimento, infelizmente, que o "malufismo" plantou e amplia suas bases no Paraná.

Até hoje imaginava mais decente o PDS do Paraná. Afinal de contas, Maluf decididamente não tem sido sinônimo de honestidade e nem mesmo de autodeterminada abertura política. Imaginava até hoje que somente o Sr. Antônio Belinati se filiava no Paraná às fileiras do "malufismo", tendo inclusive estreitado seus laços de amizade quando há dois anos convidou-o para padrinho de casamento do seu irmão.

Mas foi com espanto que tomei conhecimento das declarações do nobre Líder da Bancada do PDS nesta Casa, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que ao comentar sobre o candidato indireto Paulo Maluf, emitiu esta pérola do pensamento anti-paranista: "O ex-Governador paulista é uma peça muito importante no partido (no dele, obviamente), principalmente por sua coragem".

Sinceramente, só com muito esforço ou por compromissos inconfessáveis é possível algum cidadão, em sã consciência, classificar como corajoso aquele que luta com todas as armas pela manutenção de eleições indiretas para a Presidência da República.

Registramos nossa amarga decepção em verificar que o PDS do Paraná, mais uma vez, não se engaja na luta pela democracia, e optando pelo casuísmo do colégio eleitoral, se coloca contrário às eleições diretas em 84, para Presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Vou propor à Direção Nacional do PDS, que mude o nome do Partido para "Partido Doce e Sério", porque todos os dias, alguns Parlamentares desta Casa, sem outro assunto de maior relevância, só falam do PDS, É PDS para cá, PDS para lá. Vamos mudar o nome deste partido.

Quero, antes de mais nada, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, congratular-me com o nobre Deputado Dirceu Manfrinato, pela solidariedade que prestou, nesta tribuna, ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

E as minhas congratulações são pelo seu espírito liberal, pela sua sensibilidade humana, porque a Casa assistiu, há poucos dias, ainda, um entrevero pessoal entre os dois Deputados, e mostrou o Sr. Deputado Dirceu Manfrinato com sua atitude, que é um homem que não guarda rancor, que é um homem que tem, acima de tudo, sensibilidade humana para com

um seu colega desta Casa.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ouvimos um recente pronunciamento do Sr. Deputado Ferrari Júnior, afirmando a esta Casa que o seu Partido, o PMDB, e o Governo que o compõe, já estão vivamente empenhados em solucionar o problema dos trabalhadores rurais volantes, os chamados "bóias-frias", cumprindo, assim uma promessa de campanha política.

Pergunto: o que fez o Partido?

O que fez seu Governo para amenizar o problema dos trabalhadores rurais volantes?

Fez bastante: constituiu uma Comissão, composta pelos Srs. Secretários da Agricultura, do Interior e Assuntos Comunitários.

Vejam bem: Agricultura, Interior e Assuntos Comunitários, além de representantes da Federação dos Trabalhadores na agricultura, da Federação da Agricultura, Patronal e da Comissão Pastoral da Terra.

E o que fez esta Comissão?

Está congregando reuniões no interior do Estado, onde esses Secretários limitam-se a fazer pregação político-partidária, parecida com a campanha eleitoral, onde afirmam a sua própria incapacidade como Governo Estadual, de implantar medidas práticas para solucionarem o problema do subemprego rural.

Temos o relato sobre a reunião realizada por essa Comissão sobre o Trabalhador rural volante, em Cascavel.

Na abertura daquela reunião — vejam bem, uma reunião para tratar do problema do "bóia-fria" — Já na abertura da reunião, pregou-se a necessidade de eleições diretas para a Presidência da República. Afirmou-se então que o PMDB está no Governo mas não tem o poder — como desculpa pela sua falta de ação. Inação, aliás, que não se verifica somente no trato do problema do subemprego, mas em todas as demais questões onde o PMDB apresentou-se como dono de soluções, na campanha eleitoral.

As promessas de campanha que acenavam com soluções milagrosas, melhorias para o funcionalismo e o magistério, implementação de programas para acabar com o desemprego, o subemprego, prosperidade geral e felicidade em penca, era a corrente da felicidade, prometida antes de 15 de novembro. E todas essas promessas, que ludibriaram o eleitorado paranaense, foram transformadas numa grande desculpa esfarrapada: "nada podemos fazer enquanto não ocuparmos o Poder Central pela eleição direta do Presidente da República."

Tudo isto resumiu-se nessa desculpa, todas as promessas mirabolantes durante a campanha, resumiram-se nessa desculpa. Eu a vi como promessas, como promessas apenas, jogadas para as calendas, revelando que o PMDB foi hábil em prometer mas não sabe, e talvez nem queira governar.

O problema do trabalhador rural volante, o "bóia-fria" é sobejamente conhecido, tem sido amplamente debatido ao longo de anos, tanto assim que sua solução foi encampada pela campanha eleitoral peemedebista; na hora que assume o Governo, entretanto, o que faz a equipe peemedebista? Constituiu uma Comissão para promover novos debates, enquanto a situação dos 450.000 paranaenses classificados como "bóias-frias" prossegue absolutamente idêntica, sem um grão de feijão a mais em suas marmítas.

Do relato que recebemos sobre a reunião da Comissão com as Lideranças, em Cascavel — estou com o relato aqui em mãos — consta que, os Secretários sequer participaram das discussões plenárias, aljás, uma senhorita, no início da reunião, representando os três Secretários, disse que era proibido o debate de plenário. Então, esses Secretários limitaram a sua intervenção, à pregação política; na condução dos trabalhos buscou-se sim, apoio para soluções já pré-fabricadas, introduzidas como imposições.

Temos, aqui, as propostas aprovadas pelo PMDB e consideradas medidas de ação para solucionar o problema do "bóia-fria".

"Proposta número 1 — Regularizar as áreas agrícolas mantidas em regime de posse, de acordo com o Estatuto da Terra e Lei de Terras do Estado do Paraná".

(Esta é a proposta número 1 do PMDB, para solucionar o problema do "bóia-fria").

Aí vai o meu comentário:

O Estatuto da Terra data do Governo Castello Branco e nunca, jamais, em tempo algum, desafio qualquer um dos Srs. Deputados do PMDB provarem o contrário — houve volume maior de legalização de posse da terra, com outorga de Domínio Pleno, quanto no Governo Ney Braga.

"Proposta número 2, do PMDB — promover assentamentos de trabalhadores sem terras, nas terras devolutas do Estado".

Meu comentário: Crassa ignorância, crassíssima ignorância, desconhecer o PMDB que o Estado não mais dispõe de terras devolutas, pois são elas de ínfima expressão, se é que ainda existem.

"Proposta número 3 — Desapropriação de áreas ainda não exploradas e venda a trabalhadores sem terra".

É perfeita a posição do PMDB, meu comentário. Já sonhada desde a reforma agrária do Sr. João Pinheiro Neto. Os Deputados mais novos, os que estão no noviciado da política talvez nem lembrem esse nome. O Deputado Anibal Khury e outros mais veteranos, devem lembrar do Sr. João Pinheiro Neto. Era ele do Governo João Goulart e estimulava a invasão de terras pela violência, para desencadear a justiça no campo. É a mesma proposta que leva hoje o PMDB.

Então nós queremos dar até uma sugestão prática ao Governo do PMDB: que desaproprie imediatamente a Usina Central de Porecatu e seus milhares de alqueires de terras agricultáveis. Porque estou dando esta sugestão?

Ora, todos sabemos que todos os anos aquela usina fraudava o pagamento de seus trabalhadores. Suga, por chantagem social, empréstimos vultosos e privilegiados do Poder Público, e é grande devedora do Estado. Pois então que o Estado use os seus créditos como parte da indenização e proceda imediatamente a desapropriação, porque essa poderia ser a experiência-piloto para as muitas desapropriações que o PMDB pretende fazer no campo, distribuindo terras para os 450 mil trabalhadores, hoje classificados como "bóias-frias". Essas desapropriações são o grande sonho deste Governo, de onde realçar a Proposta n.º 4.

Das medidas de ação que vêm sendo divulgadas por essa comunicação secretarial: Agricultura, Interior e Assuntos Comunitários. Sempre repito e toda a Casa sabe o porquê faço questão de incluir esses três Secretários nessa Comissão. É deles então, a Proposta número 4:

"Limitar a área máxima por produtor, de acordo com a capacidade da exploração familiar".

Somente pessoas jurídicas teriam acesso a maiores áreas, mas com limitações de incentivos e de créditos, não permitindo em hipótese alguma o acesso a grupos estrangeiros.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Não é preciso muito comentário. O que é que querem esses três Secretários de Estado — do Interior, da Agricultura e de Assuntos Comunitários? Querem a socialização da terra, acabando com o regime da livre iniciativa que caracteriza o nosso sistema capitalista, que é o sistema vigente na Nação. "O cidadão não poderá ter mais terra do que aquela que sua família possa cultivar". Vê-se então que o PMDB pretende desapropriar as fazendas, como são atualmente as grandes áreas de cultura, onde a mecanização permite custos de produção menores e por isso o Paraná pôde colher essa safra gigantesca que vai sustentar o Governo do Estado e ajudar o Governo da União a equilibrar os problemas do seu balanço comercial.

Por que? Porque as grandes fazendas, as grandes áreas mecanizadas, permitem uma produção desse nível e a custos menores. Agora pergunto: se vingar a proposta dos três secretários? E se o agricultor tiver o azar de ser solteiro?

Então, estará ralado. Como não tem família para auxiliá-lo no cultivo, certamente só merecerá do PMDB uma área de sete palmos de terra.

Não fomos nós apenas a constatar a forma demagógica como a fome do bóia-fria vem sendo manipulada pelo Governo. As entidades de classe da região de Cascavel formaram um sub-grupo para estudar o problema e apresentar as suas conclusões. Estavam representadas as seguintes entidades(Sindicato Rurais do Oeste do Paraná, Cooperativas agropecuárias, Sociedade Rural do Oeste do Paraná, Associação de Produtores de Suínos do Oeste do Paraná, Associações Comerciais e Industriais, Rotary e Lions Club, APAE, e Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, núcleo Oeste. Foi coordenador do grupo o Sr. Diácomo Menghel e relator o Sr. Luiz Ochiról.

Peço vênha para destacar, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, alguns pontos dessas conclusões. O documento desse sub-grupo já inicia com crítica. Diz o seguinte:

"A relevância de que se reveste o tema, está a exigir estudos mais acurados da realidade vivenciada por esse segmento social, recomendando o bom-senso e se de fato situação calçadas em parâmetros mensuráveis. O documento levado a discussão desse grupo, além de genérico, peca pela ausência de informações concretas. Ora, se não detectarmos os sintomas precisos, como aplicar medicação exata?

No seu item segundo, o documento realça ainda a irresponsabilidade com o Governo e coloca o problema do bóia-fria dizendo o seguinte:

"O assodamento e a forma intempestiva como foram convocados os diversos segmentos da sociedade entre parênteses, "(convites e temários foram entregues às entidades com exíguos três dias de antecedência)". Permitem interpretações diversas. As entidades presentes preferem crer seja a intenção a mais isenta. Advertem, porém, que problemas de tamanha amplitude, merecem melhor reflexão e ponderação, sob pena de frustração total com reflexo ainda mais negativo à instabilidade social e ao segmento a quem apressadamente se diz pretender denunciar.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nobre Líder, o meu pronunciamento ainda é exaustivo e Vossa Excelência sabe que o nosso tempo aqui é limitado pelo Regimento da Casa. Mas prometo a Vossa Excelência apurar, apressar um pouquinho o meu pronunciamento e sobrar tempo para dar um aparte a Vossa Excelência.

Voltando ao relatório desse sub-grupo dessas entidades, as mais respeitáveis, de maior respeitabilidade, lá no Oeste do Paraná. É bastante, acho que foi bastante protocolar a linguagem do relatório, muito protocolar. Diria se vocês tocarem desse jeito o debate do programa vão fazer mais mal do que bem ao bóia-fria. No item seguinte:

As entidades deixam bem clara a preocupação com o incitamento de confronto entre proprietários e não proprietários de terra, estimulato pelo Governo. Esses três Secretários estão lá representando o Governo. Diz assim o documento: "Causam preocupação e estranheza, contudo, algumas colocações constantes na proposta, onde se entrevê a clara intenção de se instigar as diferentes classes ao confronto nocivo e danoso para toda a sociedade.

O segmento social representado por entidades manifesta o seu repúdio a toda e qualquer manifestação radical, entendendo ser o diálogo e o desarmamento de espíritos o caminho mais racional e mais rápido para alcançar solução".

A seguir, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, esse

sub-grupo analisa uma por uma das propostas formuladas pelo Governo. Vamos relatar os itens repudiados pela Sociedade do Oeste do Paraná; claro, em primeiro lugar, está aquele item que pretende limitar a quantidade de terra que o cidadão pode ter de acordo com a capacidade que tenha de exploração por sua família. Realça o grupo que se deve respeito ao direito de propriedade consagrado pela Constituição.

Outro item repudiado — foi o de criação de empresas locadoras de mão de obra para regulamentar a relação de emprego dos trabalhadores volantes, colocando-os sob a proteção da legislação trabalhista. Mostrando que conhece o assunto melhor que o Governo, os ruralistas afirmaram que essa proposta não implica em nada, além que legalizar a existência nefasta do gato.

Eu escreveria entre aspas o “gato” que todos os homens do interior conhecem a figura nefasta do fato, que é a forma como se conhece no interior esse cidadão que arregimenta os bóias-frias, colocando-os em caminhões e vendendo seu trabalho aos proprietários rurais.

Foi repudiada também como demagógica a proposta de instituição de um fundo de salário-desemprego para os períodos sem oferta de trabalho. É interessante observar que no debate das questões levantadas em tese e filosoficamente pelo Governo, os ruralistas do Oeste do Paraná sacaram soluções práticas, realistas e realmente preocupadas, estas sim, em solucionar o problema do bóia-fria.

Além de todas as providências que constituem uma verdadeira reforma agrária, dá-se o caminho certo. O caminho apontado pelos ruralistas do Oeste do Paraná se antepõe aquela proposta dos três Secretários — Criação de cooperativas e departamentos de mão de obra que registrem os bóias-frias juntamente com outros empregados e organizem atividades produtivas para a entre-safra.

Segundo — proibir o transporte de trabalhadores em veículos inadequados, quer dizer, em caminhões.

Terceiro — incluir um adicional na diária do trabalhador volante referente a férias, gratificação de natal, fundo de garantia e seguro de responsabilidade civil de transporte.

Quarto — que o valor correspondente à diária e os encargos sejam pagos pelos proprietários rurais diretamente ao sindicato, ou entidade criada para arregimentar os bóias-frias.

Quinto — promoção pelo Governo de orientação social e técnico profissionalizante do trabalhador rural volante.

Sexto — ampliar os benefícios pecuniários ao homem do campo, no que concerne a aposentadoria por velhice, invalidez, pensão por morte, auxílio funeral, auxílio doença, natalidade e assistência pelo FUNRURAL. Garantir escolaridade gratuita de primeiro grau para os filhos do trabalhador rural. Distribuição de gêneros de primeira necessidade através da LBA e do Instituto Nacional de Alimentação nos períodos de entre-safra. Como se vê, são propostas práticas, exequíveis de imediato e capazes de minorar, a curto prazo, os dramas desses 450 mil paranaenses, enquanto se adotam providências demais longo prazo.

Mas pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, interessariam aos homens do atual Governo, aqueles que lá estiveram, soluções dessa natureza? Ou seriam outros os seus objetivos, aparecendo o boia-fria como bode expiatório da pregação do confronto de classes?

Fico com a segunda alternativa.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Seria cansativo enumerar todas as soluções alinhavadas pelos representantes do Governo do PMDB que lá compareceram e dar-lhes esse comentário. Mas o seu conjunto mostra o objetivo central.

Qual é o objetivo central dessa pregação destes três Secretários por todo o interior do Estado? É a estatização da propriedade rural nos moldes como é praticada nos países de regime socialista totalitário. Mas é lógico que é isto.

Peço permissão para pinçar mais uma destas propostas..

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Darei logo em seguida.

É a de número três, dentre as catalogadas como “ações de apoio e fomento à mobilização dos trabalhadores”. Quer dizer, o PMDB quer os trabalhadores rurais mobilizados. E diz o seguinte nesta proposta: investir recursos estatais na educação de base dos trabalhadores volantes, adotando o método Paulo Freire como instrumento de ensino. Precisa-se dizer mais alguma coisa, para se sentir o que há por trás da pregação quase que subversiva desses três Secretários de Estado?

Porque todos lembramos o que foi método Paulo Freire adotado por Miguel Arraes, em Pernambuco, onde o objetivo denunciado era a ocupação de latifúndios pela ação violenta. Ficou até célebre uma frase da cartilha então adotada no sistema Paulo Freire. Em vez de frases como “Lili brinca com a bola”, haviam outras incitando a violência. E a mais famosa de todas ensinava, começando com a letra f: “A fome afia a faca”.

Lembro-me que pouco antes da campanha eleitoral, fui convidado pela TV Tarobá de Cascavel, para participar de uma mesa política, de um debate com os jornalistas daquela região, Vereadores, políticos. Naquela oportunidade lembrava ao povo do Paraná uma pergunta: na hipótese da vitória do Sr. José Richa, quem iria na realidade governar o Paraná? Os moderados, ala moderada do PMDB, na qual se inclui o Governador José Richa, os cientistas de Canet Júnior ou os radicais que a própria direção do partido confessa existir em seu meio, porque é uma frente, é um partido aberto a todos e naquela oportunidade eu disse que a guerra ideológica treina muito bem os seus seguidores, para que eles conquistem as estruturas partidárias, onde se infiltram.

Então está aí o tempo me dando razão, os três Secretários de Estado vão ao interior, querem os trabalhadores rurais mobilizados, pedem um investimento de recursos estatais na educação de base dos “bóias-frias” e sugerem que se adote o método Paulo Freire como instrumento de ensino, tal como fez Miguel Arraes, em Pernambuco.

O proprietário rural que me contou, me pôs a par dessa reunião em Cascavel, afirmou que o encontro foi conduzido nesse diapasão, semeando apreensões nos empresários que ali estavam, todos realmente interessados na solução do problema do subemprego.

Terminaram surpreendidos em ver que esta problemática estava sendo manipulada para justificar a socialização da propriedade rural em moldes confiscatórios.

Se difundida essa inquietação no meio patronato rural, encarando-se o produtor como marginal responsável pelo empobrecimento da gente do campo, ao invés de consertar estaremos vendo deteriorar-se mais ainda esse quadro da crise social.

Certamente a situação dos bóia-frias é aviltante, mas se este Governo pretende realizar uma reforma agrária radical, como está proposto, contem, pode contar que o drama se eternizará, porque como está posta essa reforma, somente seria possível com regime totalitário, sobre o qual felizmente — graças a Deus — não vivemos ainda e jamais viveremos, que o povo brasileiro não nasceu para ser capacho de alguém; é um povo altivo, independente e nobre.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado. Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Neste minuto pediria ao nobre Líder do nosso Partido que me concedesse apenas cinco minutos.

O SR. ODENI MONGRUEL — Concedo-lhe dez minutos.
O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra por dez minutos o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Como ia dizendo, Sr. Presidente, essa reforma seria possível somente no regime totalitário, e nós graças a Deus não tivemos, não vivemos e jamais iremos viver, porque todos aqueles que tentaram abafar o sentimento de independência do povo brasileiro, acabaram só sobrando, todos aqueles.

Vejam as invasões que o nosso País sofreu no passado, um punhado de bravos índios, mamelucos, botou aquela gente a correr do País e o povo brasileiro jamais admitirá que o regime abençoado por Deus, que é o da livre iniciativa, que é o regime da democracia, onde cada um e colhe o seu destino, onde cada um vive em liberdade para fazer e dizer o que lhe aprouver.

Este regime, jamais permitiremos que seja sufocado no Brasil. Acharmos que o verdadeiro caminho para equacionar o problema dos trabalhadores volantes, que é o bóia-fria, tanto quanto do êxodo rural para as cidades, é a promoção de desenvolvimento da agropecuária que vai gerar os empregos, tanto na área rural como impedindo o êxodo para as grandes cidades, principalmente para a Capital do Estado, onde as favelas incham, o desemprego e o subemprego crescem dia a dia. Problemas que o Governo do Estado não poderá resolver. O problema do emprego. Do desemprego, do subemprego, se não se adequar uma estrutura no campo. Se não se der um apoio, uma promoção do desenvolvimento da agropecuária. Não adianta tentar se valer de uma situação de desespero de patrícios nossos, para promover reformas que caberiam muito bem em Cuba, e jamais no Brasil ou no Paraná.

Acho que esta promoção de desenvolvimento agropecuário, visando a geração de empregos, fiscalização das condições de trabalho, fazendo cumprir as leis trabalhistas do País, Consolidação das Leis de Saúde e Educação no meio rural. Não são por certo soluções radicais, como querem os radicais. Cujo objetivo é mudar abruptamente o curso do processo histórico, da democracia brasileira.

O Sr. Odeni Mongruel — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Quero conceder, antes, apenas — não está aí o nobre Líder do PMDB. Concederei o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Odeni Mongruel — Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência, mais uma vez...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já concederei o aparte a Vossa Excelência, em seguida, nobre Líder.

O Sr. Odeni Mongruel — Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência mais uma vez traz a esta tribuna, uma contribuição muito expressiva e bastante séria.

Vossa Excelência é possuído de um conceito, pela sua sensibilidade de homem público que tem a capacidade de pensar no fato social e político relevante e trazê-lo, após seus estudos, a essa tribuna.

E foi isso que nós recolhemos de sua fala na tarde de hoje. A sua contribuição não se esgota a estes Parlamentares. Vai mais com certeza chamar a atenção do ilustre Governador do Estado.

Temos observado nesses 60 dias de governo, que Sua Excelência tem se demonstrado bastante humilde. Sua Excelência, por três ou quatro vezes, pediu desculpas. Se de um lado é isto digno, merecedor de reconhecimento, de outro lado nos preocupa.

Sua Excelência está pedindo muitas desculpas em tão curto espaço de tempo. Denota-se a partir daí, que Sua Exce-

lência não está sendo feliz na execução de seu trabalho administrativo e político à testa do Governo do Estado do Paraná.

Quem sabe levanta este Deputado aqui e agora, o fato que Vossa Excelência traz na tribuna na tarde de hoje, e venha posteriormente a merecer do Sr. Governador, desconfortavelmente, mais um pedido de desculpas, porque a maneira como Vossa Excelência interpretou o ocorrido na região Oeste do Paraná, sem dúvida alguma nos leva a crer que estejamos diante também de mais um caso de manipulação ideológica, que se apresenta como uso exploratório, indevido ou interesseiro, de certas situações sociais aflitivas; de certas aspirações não atendidas; de certos reclamos legítimos mas que são explorados e que configurando um quadro ideológico, e que configurando um quadro de injustiças, visa quase que sempre, um outro objetivo político não confessado.

Então esse alerta que Vossa Excelência coloca na tribuna que seja para Sua Excelência o Sr. Governador do Estado mais um motivo para reflexão, para reavaliação dos seus propósitos, para que Sua Excelência pense e avalie que os homens que integram hoje o Secretariado do Governo do Estado, para que não tenha Sua Excelência o Sr. Governador o dissabor de, num futuro breve, vir se arrepender de algo que aconteça e que se coloque a sociedade paranaense como sendo irreversível.

Meus parabéns, Deputado Erondy Silvério. Vossa Excelência honra não só esta bancada, mas com certeza Vossa Excelência dignifica todo o Poder Legislativo com sua brilhante contribuição.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado a Vossa Excelência.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, pedindo escusas a Sua Excelência, pois não estava no plenário na ocasião.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado, é evidente que Vossa Excelência faz um pronunciamento de horário de Grande Expediente, e deveremos voltar oportunamente para responder ao seu discurso.

Só quero solicitar de Vossa Excelência, que começou dizendo que em 60 dias não foi feito nada pelo bóia-fria. Depois Vossa Excelência passou a analisar a reunião de Cascavel, e em seguida passou a dar uma conotação de que esta reunião seria de cunho ideológico socialista, para acabar com a iniciativa privada e a propriedade da terra.

Nobre Deputado, veja Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Veja Vossa Excelência, está aqui o temário, Vossa Excelência deve ter em mãos.

O Sr. Nilso Sguarezi — ... Vossa Excelência permite então eu concluir rapidamente?

Darei um esclarecimento a Vossa Excelência. Primeiro, 60 dias efetivamente não foi feito nada de material, de alguma coisa para o bóia-fria. Por que? Porque o Governo José Richa é pelo método democrático. É este método que está sendo empregado. Está se percorrendo este Estado, dando oportunidade, de todos se manifestarem. Este é o método do PMDB. Não se vai fazer nada sem antes ouvir a comunidade.

Vossa Excelência terá que ter calma. Todos devem opinar. Este é o método. Este é um compromisso de campanha, do PMDB, que Vossas Excelências tanto cobram. Está sendo posto em prática. Cumprindo o compromisso. Vamos ouvir os setores interessados. Quem são os setores interessados? Esta proposta que Vossa Excelência tem não é do PMDB, não é dos Secretários.

Isto aí é uma compilação de todas as propostas que existiam antes. Da FETAEP, da Pastoral da Terra, da Federação da Agricultura, dos sem-terra. Estas propostas foram compiladas e está se discutindo sobre propostas já formuladas.

Então, isso aí não tem nada de PMDB, não tem nada de Secretários de Estado. Eles estão levando propostas que exis-

tiam. Este é o método democrático do PMDB. Depois da análise dessas propostas, que é tão democrática que foram as entidades convocadas lá, onde puderam se manifestar livremente e estão podendo se manifestar. Não houve uma conclusão sobre o assunto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — O que queria Vossa Excelência, que ninguém pudesse falar neste País.

Vossas Excelências não clamavam por democracia?

Então Vossa Excelência está admirado, porque essas entidades falaram. Elas vão falar para o sempre, num País livre e democrático como o nosso.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado, antes as decisões não eram tomadas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sempre foram. E tanto foram que Vossas Excelências estão no poder hoje, porque houve abertura política e democrática do nosso governo.

Permito o aparte, desde que Vossa Excelência reserve estas considerações para a resposta que vai me dar, porque tenho apenas um minuto e não quero ser descortês com Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Então, quero que Vossa Excelência conclua dizendo se está existindo ou não democracia no Governo de José Richa, para a discussão das propostas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Faço um esclarecimento ao nobre Líder Nilso Sguarezi:

É claro que está existindo democracia, pois é um regime democrático, pela abertura proporcionada pelo Presidente João Baptista Figueiredo. Vossa Excelência sabe disso ou Vossas Excelências querem ser também os donos da democracia? Não são. Este é um sistema de governo, no qual nós vivemos há muitos e muitos anos. É claro que está havendo. Eu nunca disse que não havia. Apenas não vou permitir que dois ou três secretários simpatizantes de uma ideologia exdrúxula, tentem impor isto ao povo do Paraná. Nós estaremos aqui vigilantes, em defesa da democracia.

Eu queria que Vossa Excelência concluísse, pois eu tenho apenas um minuto.

O Sr. Nilso Sguarezi — Só para dizer o seguinte. Acabo de descobrir mais um tipo de patrulha. Agora tem a patrulha agrária, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Bem, esta não é minha. Estou aqui me fazendo portador de conclusões tomadas por um grupo dos mais sérios que Vossa Excelência não pode, absolutamente, contestar. Vossa Excelência não pode chamar de patrulheiros os Sindicatos Rurais do Oeste do Paraná, das Cooperativas Agropecuárias, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná, a Associação de Produtores de Suínos do Oeste do Paraná, Associações Comerciais e Industriais, Rotary, Lions, a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária.

Se esses são patrulheiros, problema é de suas direções.

O Sr. Nilso Sguarezi — Estes foram convocados pelo PMDB.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Estou apenas me transformando num intérprete, não comprovei a que chegaram essas entidades.

Agora, tenho também aqui em mãos, o temário organizado pelos três secretários democratas do Governo de Vossa Excelência. Está aqui em mãos, o temário. Essa é que é a verdade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero fazer aqui um apelo. Sabemos que o Governador José Richa é um político oriundo da democracia cristã.

Então, o apelo que queremos fazer, não só ao ilustre

Governador, mas também ao seu nobre Líder nesta Casa, que meditem sobre estes fatos, deixem o sentimento partidário de lado e meditem sobre a crueza, a realidade deste temário e desta pregação destes três Secretários de Estado que fazem estas propostas que são afoitas, que semeiam ameaças desapropriatórias entre os proprietários rurais.

É este apelo que quero fazer, e não estou aqui condenando o Sr. José Richa, dei nome aos bois, os três Secretários de Estado que estão encampando esta promoção em favor de desapropriações violentas, de soluções radicais que não podemos e não haveremos de aceitar neste Paraná e neste Brasil.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Nobre Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência mais uma vez faz um discurso profundo nesta Casa, defendendo a livre iniciativa e o regime democrático.

Para alguns, a sua defesa pode soar como a defesa do capitalismo, mas na verdade Vossa Excelência defende os princípios estatuidos na Constituição da República Brasileira.

Diz o nobre Deputado Nilso Sguarezi, que a proposta é democrática e a resposta de Vossa Excelência vai colher na argumentação do nobre Líder desta Casa, na própria declaração dos trabalhadores que assinaram uma conclusão à proposta dos Secretários de Estado.

Qual foi a resposta dos trabalhadores? Que não aceitavam o item quinto do documento, porque este quinto item ao estabelecer o limite de propriedade de dez hectares seria o direito da livre propriedade e da livre iniciativa.

Ora, eminente Deputado, andam bem os agricultores sofridos do Oeste e do Sudoeste do Paraná, quando ensinam Constituição para o bacharel Nilton Friedrich, para o bacharel Antenor Bonfim e para o Secretário da Agricultura, Klaus Kleber.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu horário está encerrado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela Ordem) — Sr. Presidente, concedo mais três minutos da Liderança.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra por mais três minutos, o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — A par disso, Deputado Erondy Silvério, com os cumprimentos e com a adesão integral da Bancada do PDS, ao pronunciamento que Vossa Excelência faz, os próprios agricultores da região sudoeste ensinaram ao Secretário da Agricultura que uma propriedade de 10 hectares não é uma propriedade produtiva e que portanto não concordavam com isto.

Vossa Excelência também como eu, homens democratas, aceitamos aqueles que professam o credo comunista. O que nós queremos é que, realmente, aqueles que defendem a coletivização da propriedade, aqueles que defendem a radicalização do processo da luta de classe...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — que é o ponto básico da doutrina de Marx, a coletivização da propriedade...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — ... que tenham a coragem de dizer que somos oportunistas. Nós defendemos inclusive o direito dos comunistas de debaterem os seus assuntos. Agora, o que não podemos aceitar é que somente Secretários transvestidos na democracia participativa, defendam a coletivização da propriedade, que é um princípio defendido por Marx, defendam uma função radical para a reforma agrária defendida por Fidel Castro e Mao Tsé Tung.

Meus cumprimentos, eminente Deputado, pelo alentado trabalho que traz ao conhecimento do Paraná.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que agradeço o aparte de Vossa Excelência, e aproveitando este minuto que me resta, faço novamente um apelo ao Sr. Governador do Estado, que nós conhecemos de longa data de sua vida pública, acompanhamos a sua passagem desde o gabinete do então Governador Ney Braga até o Senado da República, nós que o acompanhamos em todas as missões que desempenhou até hoje na vida pública, que não permita que uma minoria radical tente subverter a ordem deste Estado, porque não vamos aceitar isto, nós, o povo brasileiro, povo eminentemente cristão, cioso de amor à sua propriedade, conquistada com duras lutas, com calos nas mãos, com o suor do rosto de cada um. Não vamos permitir que três ou quatro alegres radicais tentem subverter a ordem neste Estado.

É este o apelo que endereçamos à nobre Liderança do PMDB e ao Sr. José Richa, cujo passado conhecemos, em cuja honestidade de propósitos eu acredito. Sei das dificuldades que ele está enfrentando no início do seu Governo, e não me alinho — ao contrário do que disse o nobre Líder do PMDB — entre aqueles que cobram soluções em 60 dias.

Mas nesses 60 dias verificamos esses fatos deploráveis, lamentáveis para uma coletividade cristã, que é a coletividade paranaense. Esses fatos é que precisam ser coibidos.

E fica aqui o meu apelo ao Governo do Estado, à Liderança do PMDB, à maioria desta Casa, para que se dê o trato ao problema angustiante do bóia-fria, que contará com o apoio incondicional da nossa bancada — que pouco pode fazer — mas apoiará com todas as suas forças, todas as iniciativas que visem efetivamente solucionar o caso dos bóias-frias. Mas não se aproveitem desta gente para pregações esdrúxulas e exóticas, as quais não aceitamos, nem nós Deputados da Situação, nem a maioria do povo do Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Consulto à Liderança do PDS, se fará uso do horário.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Fará uso o Vice-Líder, Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retorno a esta tribuna depois de longos dias, afastado desta Casa por motivo de saúde. Não gostaria que este meu retorno fosse para cobrar uma denúncia do meu amigo Deputado Roberto Requião. Denúncia esta que passarei a ler, em um pequeno trecho do pronunciamento deste Deputado, inteligente representante do povo paranaense, que tem se destacado nesta Casa pelos seus belos pronunciamentos, pelos seus inteligentes apartes, e por que não dizer, pela sua participação efetiva nos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Disse o Deputado Roberto Requião: "Em primeiro lugar, o registro de mais um engano da patrulha rodoviária: o automóvel que buscava crianças na Escola Tuiuti não pertencia ao Governo do Estado. Era um automóvel cedido pela gestão do Governador Ney Braga à Prefeitura Municipal de Medianeira, prefeitura de segurança nacional e do PDS. Desta vez a correção dos fatos cabe à própria patrulha".

Deputado Roberto Requião, liguei ao Prefeito de Medianeira, por conhecer seus propósitos de honestidade, por saber que Medianeira está entregue a um homem correto, ao empresário que realmente ajudou no engrandecimento daquela cidade, componente da região oeste paranaense, a qual temos a honra de representar nesta Casa. É um dever nosso, Sr. Deputado Roberto Requião, denunciar fatos nesta Casa,

Mas, a par do dever, é uma obrigação nossa trazer os

documentos que provem estas denúncias. Não podemos comparecer a uma tribuna para trazer denúncias de "ouvir dizer".

E eu faço neste momento, o que nunca fiz, jamais gostaria de fazer: um desafio ao Deputado Roberto Requião, que traga as provas de que o veículo que transitava com crianças aqui na Capital do Estado seja o de propriedade da cidade de Medianeira.

Sabemos, sim, que o ex-Governador Ney Braga fez várias doações de carros usados, do Estado, a diversas prefeituras municipais, para que estas fizessem uso dos veículos para as causas das Prefeituras, ou para possíveis doações a entidades de cunho social.

E a Prefeitura de Medianeira recebeu, sim, dois veículos por doação: um deles, foi doado à SANEM, uma entidade de cunho social que cuida das camadas mais pobres da sociedade de Medianeira: o outro veículo, que ainda hoje está a serviço da Prefeitura Municipal de Medianeira, jamais como nenhum outro veículo pertencente àquele município, na gestão de Ivo Antônio Darol, atual Prefeito de Medianeira, esteve em Curitiba a serviço particular ou até mesmo da municipalidade.

Aquele Prefeito dirige-se sempre à capital por ônibus ou avião, jamais um veículo da Prefeitura de Medianeira esteve aqui.

Elogio também o Deputado Roberto Requião em trazer notícias, mas cobro-lhe também provas concretas para que suas denúncias não morram, não desapareçam e fiquem apenas insinuações porque não acredito que a inteligência e capacidade deste Deputado, um dos mais brilhantes parlamentares desta Casa, passe a fazer insinuações que não sejam concretas.

Com muito prazer, concedo aparte ao Deputado Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião — Quero agradecer a Vossa Excelência o esclarecimento que veio trazer a esta Assembléia hoje.

Este esclarecimento teria que ser dado exatamente pela bancada de Vossa Excelência, porque nós, em termos de patrulha rodoviária, somos meros amadores. Os especialistas são os Deputados do PDS e demonstraram a competência em mais esta oportunidade, ao revelar que existem duas hipóteses: ou carro é da Prefeitura ou é da SANEM. Com esses subsídios da patrulha especializada, pretendo, na próxima sessão plenária, definir completamente de quem era o automóvel.

Mais uma vez, cumprimento à patrulha rodoviária, pelo brilhante desempenho.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Deputado Roberto

Requião, eu não conheço este trabalho de patrulhamento que possa existir na minha bancada, pois jamais fui comunicado, jamais participei dela e tenho constantemente comparecido às reuniões que são convocadas pelo Líder, Luiz Alberto de Oliveira.

Nunca tratamos de veículos. Se a própria Polícia Rodoviária ou quem quer que seja, denuncie carros do PMDB ou do Governo dirigido pelo PMDB desfilando no litoral paranaense, conduzindo familiares do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, ou conduzindo familiares de assessores do Sr. Secretário da Indústria e Comércio até a Capital de Santa Catarina. Não fomos nós quem fizemos a denúncia, não foi parlamentar algum, e sim um jornal deste Estado, que tem zelado pela condução da administração do Sr. José Richa, que tem até colaborado com o Sr. Governador, denunciando fatos.

O próprio Governador José Richa, de quem nós entendemos os bons propósitos, entendemos que ele não pode também controlar os seus maus assessores, veio à televisão, desculpar-se, no caso do PT.

O Deputado Roberto Requião nos afirma que voltará à tribuna para trazer as provas de quem é o veículo. Aí sim, estará de parabéns o inteligente e honrado Deputado, não trazendo insinuações mas sim, provas.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento)

Nobre Deputado Tércio Albuquerque, o Deputado Roberto Requião novamente volta ao tema da “patrulha rodoviária”. Aliás, o PMDB, através de seus representantes, tem descoberto uma série de patrulhas, ora é a “patrulha rodoviária”, ora é a “patrulha radiofônica”, provavelmente até por um complexo que a psicologia explica muito bem e que já tive oportunidade de declarar aqui neste plenário. O Paraná realmente vive um clima de patrulhas.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência comunica ao orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado, e no entanto lhe concede mais um minuto.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Há o “patrulhamento Toddy”, há o “patrulhamento do Palácio”, enfim, realmente o Paraná está sabendo que tem muitas “patrulhas” e o patrulheiro rodoviário presta um serviço inestimável à gente do nosso Estado porque evita acidentes e nós da Bancada do PDS somos “patrulheiros rodoviários”, sim, porque precisamos evitar que o Paraná acabe no abismo permanente do PMDB.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço o aparte do nobre Líder da nossa Bancada, Deputado Luiz Alberto, agradeço ao Sr. Presidente pelo minuto que me concedeu, e fica o desafio ao Deputado Roberto Requião, para que prove se o carro é de propriedade do Município de Medianeira.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) No horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, por 15 minutos.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos ouvido seguidamente nesta Casa, que muitas vezes deixamos de discutir as coisas mais interessantes ao nosso Estado e ao nosso País, para entrarmos em atritos que não levam a nada.

É por isto mesmo que, ao ocupar esta tribuna, quero solicitar dos Srs. Deputados aqui presentes, que procurem analisar com o carinho devido o pronunciamento que ora farei, porque me parece, servirá em muito para engrandecer politicamente a vida do Estado do Paraná. (Lê):

“Após longa hibernação, relegadas que foram pelas prioridades da geopolítica de segurança nacional e do “milagre econômico” as questões constitucionais ou de organização institucional entram na ordem das preocupações dominantes.

Durante longo período o campo do direito constitucional esteve aberto a todos os saques aos princípios e valores fundamentais. Nenhum critério constitucional teve força impeditiva ou influência modificadora nas opções cruciais que o regime teve que fazer.

O modelo constitucional brasileiro dobrou-se sempre ao fato consumado da vontade ou das razões do sistema revolucionário. Para que se tenha uma idéia desse processo, basta registrar que no período de exceção tivemos 17 atos institucionais, 104 atos complementares, 32 leis constitucionais, 11 emendas constitucionais e finalmente três constituições federais que, a rigor, não passaram de peças de fachada. Vivemos ainda sob o signo da Lei de Segurança Nacional, que concentra todo o espírito arbitrário do autoritarismo que marcou a vida nacional até este momento.

O aprofundamento da crise, a insatisfação social, os graves problemas que enfrenta a Nação diante das pressões externas que atentam sobre sua independência e autonomia, estão a exigir uma nova ordem institucional que abra as possibilidades

de participação ampla de toda a sociedade, no esforço para salvar este País e resguardar o futuro que devemos às próximas gerações.

Esta ordem institucional, pelo que se impõem, terá que ser democrática, terá que permitir a palavra e o voto de cada um dos brasileiros. É impossível continuarmos a viver sob as imposições do artigo 89 da Constituição atual, que atribui competência exclusiva ao Conselho de Segurança Nacional, estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional. Princípios que foram tornados compulsórios pelos artigos 2 e 5 da Lei de Segurança Nacional, que torna compulsória a obediência por todos os cidadãos, aos objetivos nacionais que são fixados por um organismo técnico que não representa o povo, nem muito menos foi eleito pelo povo.

Na verdade, toda a legislação criada e posta em prática nestes últimos 19 anos, tiveram por objetivo institucionalizar a concentração de poderes e o seu exercício por um pequeno grupo que assenta sua força no apoio militar e expressa politicamente os interesses do grande capital, especialmente o capital estrangeiro.

Entre os aspectos que resultam desta concentração de poderes, está o fim da federação. Hoje, o Brasil é uma Nação unitária. Desapareceu, na prática, a autonomia e a independência dos Estados. E todos, tenho certeza, compreendem a importância do restabelecimento da federação para o avanço do processo democrático. É inadmissível que toda a Nação, todas as instâncias administrativas, todas as unidades sejam dirigidas por um único centro de poder que tudo decide, tudo impõe, de tudo dispõe sem consultar os interesses específicos do povo desta ou daquela região.

O Paraná, Srs. é o exemplo mais nítido desta deformação. Cansamos de repetir, desta Assembléia Legislativa, que somos o Estado responsável pela produção de um quarto de divisas obtidas pelo País. Produzimos cerca de 30 por cento de todos os alimentos. Somos geradores da maior parcela de energia elétrica. Fazemos um esforço anual para manter o nível de produção e produtividade que nos destaca como povo dedicado ao trabalho e à construção de uma Nação forte e independente.

No entanto, e isto também já foi tantas vezes repetido, não temos o direito sequer de participar do processo de decisão sobre a aplicação do resultado das riquezas geradas no Paraná. Vemos grande parte de nosso esforço ser canalizado para atender interesses que estão aquém de nossas fronteiras. Enquanto isso, nosso povo passa por situação de crescente degradação em suas condições de vida e trabalho.

É tempo de iniciarmos um trabalho em profundidade sobre esta questão. É tempo de nos propormos a uma prática que nos conduza a nova condição e que contribua para o esforço de redemocratização do País.

É tempo de estudarmos as soluções no plano institucional, que o povo paranaense propõe para retomar seus direitos legítimos frente aos interesses nacionais. Certos de que fazendo isso estaremos contribuindo para o redirecionamento da distribuição dos resultados do trabalho em nosso País.

Minha proporção fundamental é de que este Parlamento realize o esforço no sentido de oferecer uma proposta de modificação de nossa Carta Constitucional Estadual, com a perspectiva de adequá-la às aspirações de restabelecimento do princípio federativo, de resguardo de nossos interesses, de justa e harmônica possibilidade de contribuição para o progresso nacional. Não nos move qualquer espírito paranista menor, que poderia olhar para os interesses paranaenses acima dos interesses nacionais. Longe disso nossa proposição. O que pretendemos é exatamente o contrário. À luz da defesa dos interesses específicos deste Estado, pretendemos a defesa da federação e em última instância da própria Nação.

Esta atitude, Senhores, prende-se também à outra necessidade. A de que seja devolvida na prática a este Poder, pelos

meios e condições que possamos ir conquistando, as suas prerrogativas. E creio que esta legislatura poderá realizar concretamente esta tarefa, dedicando-se a este exame em profundidade de nossa situação, das limitações impostas pela ordem institucional vigente, e elaborando proposta em torno da qual possamos lutar.

Tenho para mim que poderemos alcançar objetivos ainda mais significativos, se conduzirmos este esforço no sentido de encontrar formas que ajustem nossa proposta aos anseios democráticos de nosso povo, oferecendo condições concretas também neste terreno. A criação e fortalecimento de mecanismos de efetiva participação popular nas decisões deve ser nossa meta. Nada nos impede, por exemplo, de rever a função e a prática dos diversos conselhos que devem orientar a política setorial do governo. E a do próprio conselho de desenvolvimento estadual que o Governo Richa pretende instalar.

Podemos examinar também o que é necessário e possível realizar esta etapa do desenvolvimento do Estado, no sentido de contribuir para a descentralização administrativa. O que é possível e necessário para desbastar a administração pública de um processo burocrático que herdamos de uma época anterior e cujas características eram completamente diferentes de hoje”.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Nestor Baptista, com muita atenção estou ouvindo o seu pronunciamento brilhante, inteligente.

Gostaria de dizer ao nobre Deputado que estudos sempre é salutar, se criarmos uma comissão composta pelos partidos políticos dentro do Paraná, com a participação dos Poderes Executivo e Legislativo, haveremos de chegar a boas conclusões. Por isso quero, em meu nome próprio, parabenizar-me com Vossa Excelência, pelo seu brilhante pronunciamento, pela sua proposta que engrandece o Paraná inteiro.

Obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA -- Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Tércio Albuquerque, e apenas lembro ao nobre Deputado que esta não é uma iniciativa minha, espero que seja uma tomada de posição desta Casa, de todos os Deputados que aqui têm assento, de todos os partidos existentes, dos três Poderes devidamente constituídos, e a participação, acima de tudo, da comunidade paranaense. (Continua lendo):

“Não creio que esta tarefa seja de um partido ou de alguns Deputados. Creio que esta tarefa seja do Poder Legislativo. Por isso pretendo encaminhar, nestes dias, à Mesa da Assembléia, uma proposição objetiva. A de formação de uma Comissão Especial, interpartidária, para que inicie o trabalho de exame desta questão e que devem desaguar numa proposta de revisão da nossa Constituição Estadual, e que o modelo desta proposta sirva de exemplo a todos os demais Estados na luta pelo restabelecimento do princípio federativo.

Creio que poderei contar com a compreensão e inteligência da bancada do PDS, em apoio a esta proposição. Embora as divergências que possamos expressar em torno de questões políticas fundamentais, seus membros já enunciaram seu interesse e desejo de trabalhar, antes de tudo, pelos interesses de nosso Estado, através de tantos pronunciamentos nesta Casa. É o que espero”.

Concedo o aparte ao nobre Deputado, ex-Reitor da Universidade de Ponta Grossa, Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel — Muito obrigado, Deputado Nestor Baptista.

Quero, em primeiro lugar, enaltecer a fala de Vossa Excelência, na tarde de hoje. Muitas vezes temos sido acusados, de que não tratamos neste plenário de questões sérias, que não nos preocupados com o interesse do homem comum, e que

gastamos a maior parte do nosso tempo em atitudes pessoais, egoístas e que maculam a imagem do Poder Legislativo.

O pronunciamento de Vossa Excelência é um reparo a esta conceituação. Vossa Excelência vem a esta tribuna e traz um assunto da maior responsabilidade, de grande importância.

Vossa Excelência dá o inquérito de que a sociedade civil é exatamente isto, é ela que se manifesta, que sabe o que quer para si, e que pretende efetivamente intervir no seu próprio destino.

Se vivemos uma sociedade organizada, é indispensável que estejamos todos nós, sob a égide de um diploma que regule as nossas relações pessoais como indivíduo, como cidadão, como personalidade.

Vejo na sua colocação, o fazendo além dos limites partidários, Vossa Excelência coloca a sua tese de forma a se apresentar mesmo sobre os objetivos partidários. Vossa Excelência traz com essa sua manifestação um pacto, que creio eu, todos os homens de bem, os homens conscientes devem efetivamente admiti-la.

Há necessidade indiscutível...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Presidência comunica ao orador que o tempo destinado por vossa liderança está esgotado.

(A Liderança concede mais cinco minutos).

Por mais cinco minutos, a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Obrigado.

O Sr. Odeni Mongruel — ... de uma forma única, de uma composição única ao diploma constitucional, liberando-o de atos complementares, de emendas e de outros artifícios que alteram, adicionando ou subtraindo textos substanciais desse diploma.

Entendo a oportunidade de estudos específicos, com assessoramento de competentes constitucionalistas, visando adequar a Constituição Estadual a uma realidade contemporânea e diferenciada de outra já não mais existente. Porém, nesta fase, Deputado Nestor Baptista, entendo como desenvolvimento de reflexão crítica, política e científica, objetivando a modernização da Carta Estadual, sem esquecer obviamente a subordinação hierárquica desta Carta à Constituição Federal, a qual expressa os direitos, as prerrogativas, as atribuições da União e dos municípios, legislando por exclusão a respeito do que compete aos Estados. O fortalecimento da Federação através do revigoramento municipal e da maior valorização do Estado, é propósito de tantos quantos comungam dos ideais democráticos e da preservação da livre iniciativa, pelo que apresenta de desconcentração do Poder de oportunidade de redistribuição de riquezas.

Não devemos porém, desconhecer as medidas necessárias de preservação do estado contemporâneo democrático, das incursões ideológicas contrárias aos nossos princípios nacionalistas.

Falo eu, Deputado Nestor Baptista, neste momento, investido de líder da Bancada do PDS, por poderes a mim delegados pelo ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, pelos Deputados do PDS, plenamente favoráveis a que nos debruçemos sobre esta matéria palpitante e desenvolvamos os estudos necessários para adequar a nossa Carta Magna do Estado, às condições de uma realidade aí presente. Estaríamos, com isto, fazendo acima de tudo a atitude do homem que prevê, do homem que programa e do homem que planeja, para que não venhamos, no futuro, incorrer em novos erros e que leve, acima de tudo, a padecer a sociedade paranaense.

Meus parabéns, Deputado Nestor Baptista, dentro destes propósitos que Vossa Excelência coloca, isentando eu aqui questões partidárias mais estreitas, que Vossa Excelência já as isentou. Estamos plenamente favoráveis a esta iniciativa.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e pediria permissão para incluir neste pronunciamento, porque o nosso objetivo, volto a repetir, é o engrandecimento do Poder Legislativo e a solução para os objetivos da nossa população.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Depois da sua intervenção e do apoio decidido e esperado que Vossa Excelência recebeu do Deputado Odeni Mongruel, fico aqui no meu lugar, neste plenário, a pensar se tem cabimento nesta Casa, pronunciamentos “ovnianos” como o do Deputado Erondy Silvério, nesta tarde, divisando seres exóticos que baixam à terra neste momento para conturbar o processo político paranaense. Já assisti a este filme. É no horário das seis horas, no Canal 12. Extra-terrestre é o nome. Não tem o menor cabimento que se levante em cima de processos políticos brasileiros, velhos fantasmas de épocas que já atravessamos. Com dificuldades, mas atravessamos.

Por outro lado, o reclamo do PDS das confissões ideológicas, está sendo encaminhado pela própria bancada. Quero registrar nesta tarde a minha surpresa ao ver que se incorpora, através de uma declaração à “Folha de São Paulo”, o ilustre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, Líder do PDS, à bancada malufista...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos) A Presidência comunica ao orador que se encontra na tribuna, que o tempo que lhe foi destinado está esgotado.

Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso dos dez minutos restantes.

Com a palavra o Sr. Deputado Artagão de Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Com a veemência que lhe é peculiar, Sr. Presidente, o nobre Líder do PDS nesta Casa, Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, usou a tribuna na tarde de ontem, para criticar “a omissão da Bancada do PMDB, em relação a dois presos, que há dias foram transportados algemados e acorrentados em uma viatura policial” e também para condenar o procedimento do Governo José Richa em relação ao funcionalismo estadual.

Queremos parabenizá-lo por isso, Srs. Deputados, e dizer que esperamos ver o Líder da Bancada do PDS sempre atentos e vigilantes, para denunciar fatos comprovados, cometidos pela administração pública, porque entendemos que esta será sempre uma crítica construtiva, apesar dos eventuais excessos de linguagem, motivados muitas vezes pelo calor do debate.

Aliás, aproveitamos esta oportunidade, Sr. Presidente, para afirmar que o PMDB não foge ao debate, nem procura cercar o sagrado direito de crítica dos Srs. Deputados do PDS, ao contrário do que ocorria na legislatura passada, quando o rolo compressor da Bancada da Maioria, procurava por todos os meios e modos, legítimos e ilegítimos, obstaculizar os passos dos representantes da Oposição.

Mas, isso são águas passadas, Srs. Deputados.

Vamos nos ater aos fatos apontados ontem pelo Líder do PDS.

Antes, porém, queremos fazer um reparo à maneira anti-regimental e desrespeitosa, com que Sua Excelência se referiu a dois membros de nossa bancada, por sinal ausentes do plenário no momento, os Deputados Fiori Luiz e Roberto Requião.

Acreditamos, Sr. Presidente, e o Deputado Anibal Khury praticamente esgotou o assunto em inspirado discurso proferido há dias, nesta Casa, que devemos ser capazes de instituir um relacionamento cordial, para o bom andamento dos trabalhos legislativos e principalmente, para honrar o mandato que recebemos do povo.

Achamos que as ofensas pessoais não contribuem para na-

da e neste ponto estamos em flagrante desacordo com o Líder do PDS, pelas palavras e conceitos emitidos ontem na tribuna, atingindo dois Deputados que dispensam o seu julgamento, porque já foram julgados pelo povo.

Sr. Presidente, Vossa Excelência sabe, assim como todos os membros desta Casa, que a Bancada do PMDB não está omissa, nem se omitirá jamais, em relação a qualquer violação dos direitos humanos.

Achamos que não será necessário recordar que ao longo destes 19 anos de autoritarismo, o PMDB sempre foi uma trincheira de lutas, ao lado dos segmentos organizados da sociedade civil, contra a usurpação do poder, as cassações de mandatos, as prisões arbitrárias, o cerco aos sindicatos, a pressão sobre as entidades estudantis, as violações à liberdade de imprensa e também ao tratamento desumano, dispensado aos presos comuns em todos os estabelecimentos penais deste País.

O nobre Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira também sabe, que esta defesa intransigente e sistemática dos direitos humanos, sempre foi uma questão de consciência, embora seja também uma determinação dos estatutos e do programa do PMDB. E não seria a conquista do poder em alguns Estados que iria mudar esta linha de conduta. Ao contrário, sabemos que a opinião pública paranaense e brasileira apoia as teses do PMDB e demonstrou isso de forma insofismável, no pleito memorável de 15 de novembro.

De tal forma, Sr. Presidente, que as bandeiras libertárias continuam a ser firmemente sustentadas pelo PMDB, com o apoio indiscutível de todo o povo brasileiro.

Vejamos agora, Sr. Presidente, o caso dos presos de Piraquara e dos demais presídios e cadeias do Estado, que ontem motivaram enérgicos protestos do Líder do PDS.

Nossa bancada não está omissa e queremos lembrar que há nove dias atrás, o Deputado Caíto Quintana, que honra a nossa bancada porque sempre formou na primeira fila dos que combatem todas as formas de violência, apresentou um projeto de resolução criando uma comissão permanente de direitos humanos nesta Assembléia. Atendeu assim, o Deputado Caíto Quintana, uma recomendação emanada da Comissão Executiva deste Poder Legislativo; contando desde logo com o apoio da liderança e de todos os membros de nossa bancada.

E mais, Sr. Presidente, a Comissão Permanente de Direitos Humanos, terá a incumbência de levantar todos os problemas relacionados com o sistema penitenciário e a polícia judiciária, e também com as pessoas desassistidas e os menores carentes.

Em fundamentada análise, na justificativa do projeto de resolução a que nos referimos, o Deputado Caíto Quintana considerou o sistema penal do Estado, arcaico, desumano e incapaz de promover a recuperação dos detentos para a vida em sociedade.

E o Deputado Caíto baseou as suas declarações, Sr. Presidente, em relatórios da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, do Juiz da Vara de Execuções Penais, do ex-Diretor do Presídio de Piraquara e da própria associação representativa dos detentos, a “Asas Esporte Clube”.

Não para dourar a pílula e escamotear os fatos, o que o Deputado Caíto fez, com o apoio de todos os membros da nossa bancada, repito, foi condenar a superlotação existente no Presídio de Piraquara, a falta de condições mínimas de sobrevivência, a promiscuidade, a má alimentação, a falta de material de limpeza e de medicamentos. Mostrou ainda, que os presos que desejam aprender ou exercer uma profissão, estão impossibilitados de trabalhar, uma vez que as oficinas existentes foram desativadas e abandonadas.

O Deputado Caíto Quintana concluiu o seu pronunciamento, dizendo textualmente:

“Não podemos nos calar quando vemos que direitos humanos estão sendo violados e propomos que esta Assembléia

diligencie, buscando soluções para humanizar os presídios e para fornecer serviços de assistência social aos familiares carentes. Sabemos que enquanto há excesso de presos em Piraquara, muitos já têm condições legais para serem postos em liberdade, o que não ocorre por falta de assistência jurídica adequada, da mesma forma que há carências flagrantes em relação à assistência médica indispensável”.

Ficou assim resumida de forma a não deixar qualquer dúvida, a posição da Bancada do PMDB a respeito, que por isso não pode ser acusada de omissão, nem de indiferente às vítimas de qualquer tipo de arbitrariedade. Esperamos que a Bancada do PDS, com o seu nobre líder à frente, apoie esta iniciativa do Deputado Caíto Quintana, uma das mais justas e humanitárias já apresentadas nesta Casa.

Antes de concluir, Sr. Presidente, vamos nos referir sucintamente à problemática do funcionalismo público, que tem motivado tantos pronunciamentos dos Deputados do PDS. Em relação às acusações genéricas, de que funcionários humildes estariam sendo demitidos sumariamente, ou que técnicos em administração estariam sendo substituídos por cabos eleitorais, queremos dizer que dentro de alguns dias todas estas questões serão devidamente esclarecidas e respondidas.

Neste momento, queremos dizer apenas que o Governo democrático de José Richa não teme as críticas, mesmo que infundadas, e estará sempre disposto a prestar contas dos seus atos ao povo que o elegeu.

E mais: o PMDB e o Governo do Estado aceitaram o desafio lançado nesta Casa, pelos Deputados do PDS, em relação às denúncias de que estariam ocorrendo na administração pública estadual e o acúmulo de vencimentos. Houve uma determinação direta do Governador, para que sejam apurados todos os casos de acumulação de cargos e que os responsáveis sejam afastados e punidos de acordo com a lei.

Dentro de poucos dias, os nobres Deputados do PDS conhecerão o posicionamento do Governo a respeito, assim como todo o povo do Paraná e em especial, a nobre classe do funcionalismo estadual, responsável pelo funcionamento da máquina administrativa do Estado, que deve ter os seus direitos respeitados e as suas reivindicações atendidas, na medida do possível, sem que isso implique em favorecimentos ilícitos e condenáveis, o que foi uma prática corriqueira na administração anterior.”

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/83, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que dá nova redação do parágrafo único do Art. 39 do Regimento Interno. (ALTERA O NÚMERO DE MEMBROS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA). Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 05/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — O parágrafo único do Art. 39 do Regimento Interno, modificado pelas Resoluções n.ºs 49/76 e 109/79,

passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39 —

Parágrafo único — As Comissões Permanentes compõem-se de 7 (sete) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa e a de Constituição e Justiça que terá 14 (quatorze) membros.”

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 05/83

1 — Ao que conseguimos perceber da iniciativa, a mesma tem por escopo adequar o Regimento Interno, especificamente no que respeita a composição desta Comissão, para integrá-la em nova realidade política verificada com a realização das eleições de 1982.

2 — Embora seja costume em toda a constituição de colegiados a fixação de número ímpar, a evitar empates de votação nas deliberações a eles cometidas, a iniciativa reveste-se de guarida legal e jurídica, nada se lhe antepondo.

3 — Ademais, neste aspecto, o soberano plenário saberá examinar o mérito da proposta, restando a esta Comissão de Constituição e Justiça, considerar a medida em condições de ser submetida ao crivo dos parlamentares com assento nesta Casa, manifestando-se de forma favorável ao seu conteúdo.

Sala das Comissões, em de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

ANIBAL KHURY — Relator

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao Plenário, que de acordo com o artigo 196 e parágrafos, será remetido à Comissão Executiva para apor parecer.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que denomina “PLENÁRIO DEPUTADO WALDEMAR DAROS”, ao atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 07/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica denominado “PLENÁRIO DEPUTADO WALDEMAR DAROS” o atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa.

Art. 2.º — Aprovada esta resolução, a Comissão Executiva determinará, dentro de trinta (30) dias, a confecção de placa indicativa desta designação.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução é cópia fiel de outro já apresentado em 15 de maio de 1975, o qual recebeu assinaturas dos seguintes Senhores Deputados: Jayme Rodrigues de Carvalho, Osvaldo Macedo, Del Ciel, Trajano Bastos, Antônio Facci, Deni Schwartz, Maurício Fruet, Otássio Pereira, Lúcio Machado, Ernesto Gnoato, Rosário Pitelli, Ernesto Dal'Oglio, Valter Pietrângelo, Luiz Carlos Zuk, Waldenício Barbalho, Gabriel Manoel, Muggiati Filho e Lineu Turra, com a seguinte justificativa:

“O projeto de resolução está subscrito por diversos Senhores Deputados da bancada do MDB. Temos a satisfação de acusar também a inclusão de um Deputado da ARENA, numa demonstração de reconhecimento pelo trabalho, companheirismo

mo, luta e dedicação que aquele parlamentar teve nesta Casa”.

Lamentavelmente, o referido Projeto de Resolução n.º 46/75, quando tramitava na Comissão de Constituição e Justiça, isso em 09 de fevereiro de 1976, foi requisitado pela Comissão Executiva, por meio de Ofício, e está desaparecido.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 07/83

O nobre Deputado ANTÔNIO ANIBELLI visa, com o presente plano de sua autoria, dar ao atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Casa, a denominação de “DEPUTADO WALDEMAR DAROS”.

Depreende-se dos termos da justificativa que se trata de medida justa e oportuna, que objetiva distinguir a figura de um ex-Deputado, um vulto emérito do Paraná que atuou nesta Casa e muito fez por seu Estado.

O processo está de acordo com as normas regimentais e legais, nada havendo que obste à sua normal tramitação.

Somos, assim, pela APROVAÇÃO do projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, associe-me prazerosamente ao projeto de resolução de autoria do nobre Deputado Antônio Anibelli, que visa homenagear um dos grandes Deputados que já passaram por este Legislativo, Deputado Waldemar Daros, homem sempre aliado às grandes causas populares. De espírito irrequieto, contrário ao meu partido, mas sempre um homem de convicções na defesa das teses que abraçava, principalmente aquelas em favor da coletividade. E que pautava por uma qualidade que está faltando nesta Casa, porque no mesmo instante que vai à tribuna o nobre Deputado Mattos Leão, e censura o Líder de nossa bancada Deputado Luiz Alberto, por não observar as normas do bom comportamento e de boa postura neste Legislativo contrariando mesmo aquilo que era essência do discurso do nobre Deputado Aníbal Khury sobre o assunto. Neste instante cede aparte a Deputado de sua bancada, Deputado Roberto Requião.

Peço escusas a Vossa Excelência, mas foi o orador anterior.

Mas, o nobre Deputado Roberto Requião é antítese do que foi Waldemar Daros nesta Casa, elegante, sóbrio, respeitoso para com seus Pares. Vem o nobre Deputado Roberto Requião, com ironia que já lhe é peculiar e sem o menor respeito por um representante da parcela do povo, ironizar o nosso pronunciamento na falta de argumentos que pudesse contestá-lo.

Concedo aparte a quantos me pediram durante o meu pronunciamento. Nesta oportunidade, calou-se o nobre Deputado Roberto Requião, para num aparte atrevido e maroto recomendar-me a assistir um filme num horário de televisão.

Pois vou me valer dos mesmos argumentos e recomendo que assista no mesmo canal, um pouquinho antes das dezoito horas, o Incrível Hulk, que é a figura do nobre Deputado Roberto Requião.

Só que aquele é pelas causas nobres, este não. Disse a boca pequena na cidade que as invasões dos terrenos urbanos de Curitiba tem por trás o dedo deste Deputado. Não sou eu quem estou falando. É a população de Curitiba.

Então, é o incrível Hulk, mas, às avessas, a serviço do mal; a serviço da agitação.

Repilo as ironias que Sua Excelência fez a meu respeito e exijo o mesmo respeito no tratamento que sempre lhe dediquei nesta Casa.

Por isso me associo prazerosamente a este projeto de resolução, porque visa homenagear um Deputado que muito

combativo, que abraçando quase que as mesmas causas do nobre Deputado Roberto Requião, mas, tinha sobretudo elegância no comportamento e respeito no trato com seus colegas nesta Casa. O que falta a este moço, que pretende transformar esta Casa no quê?

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em votação Projeto de Resolução n.º 7/83.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Queria que Vossa Excelência dissesse qual o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — É o projeto que está em votação n.º 7/83, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que denomina Plenário Deputado Waldemar Daros o atual recinto onde se realizam as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa, com parecer favorável da CCJ.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar) — Queria apenas que Vossa Excelência tivesse um pouco de complacência comigo, que eu pedi para encaminhar a votação.

Então, é uma honra para nós que conhecemos Waldemar Daros. Da sua luta; do homem intransigente a favor da democracia no Paraná. Que isto fosse e fizesse em nome dos nossos Pares e em nossos nomes, a nossa vontade.

Vossa Excelência, Sr. Presidente, um homem íntegro, um homem de tradições, um homem que sabe o que quer e sabe o que diz, o vanguardismo da Assembléia Legislativa nesses dois anos.

Então, Waldemar Daros, há de ter seu nome de acordo com a vontade da maioria, porque foi um homem que lutou e permita se possa, talvez, diversificar um pouco do meu pronunciamento, o Deputado Artagão Mattos Leão, ao falar em 19 anos de passado, não pode falar em 19 anos, porque há 19 anos atrás, o João de Mattos Leão, era nosso Senador, o Artagão era nosso Deputado, agora este pronunciamento, esta autoridade do documento expresso ao Deputado Presidente de Antônio Anibelli há de ter o nosso apoio.

Queria que Vossa Excelência me perdoasse, Sr. Presidente, se muitas vezes eu derivo, mas não se pode falar em 19 anos porque há 19 anos João de Mattos Leão pertencia a nossa grei, há oito anos Artagão de Mattos Leão pertencia a nossa grei, não se fala Deputado há 19 anos se Artagão estava sentado na Bancada da ARENA e hoje nós estamos colocados à execração pública. Eu quero, neste momento ao Deputado Anibelli, render a minha homenagem, porque a tradição é tradição.

Não se pode trocar de partido como quem troca de camisa, não se pode falar em 19 anos se há 8 nós pertencíamos ao mesmo partido.

Pode-se falar em seis anos para cá, onde os vendilhões da corte se abraçaram para nos roubar.

Estamos aqui, Sr. Presidente, para dizer, os homens que ontem nós lutamos como Sua Excelência o tio do Deputado Artagão de Mattos Leão, falei do Senador pela ARENA. Então, Deputado Presidente me perdoe, é justa a homenagem ao Deputado...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — (Pela ordem) Sr. Presidente, o ilustre Deputado Gabriel Manoel, solicitou a palavra para encaminhar o Projeto de Resolução 07/83, fugiu completamente, procurando denegrir a imagem de uma família que é tradicional.

São estas coisas que estão exatamente causando problemas dentro deste Plenário e nesta Assembléia.

Mas o Deputado Gabriel Manoel, eu o respeito...

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado, eu agradeço.
O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — ... tenho imenso respeito e imensa consideração por Vossa Excelência, mas eu quero dizer a Vossa Excelência que eu nunca fui filiado a partido nenhum.

O SR. GABRIEL MANOEL — Isso é problema seu...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO — Pela vez primeira eu me filio a um partido...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa solicita a atenção do Deputado Artagão Mattos Leão.

A Mesa vai responder a questão de ordem levantada pelo Deputado Artagão Mattos Leão.

A Questão de Ordem levantada pelo ilustre Deputado realmente procede, o Artigo 25 do Regimento Interno, inciso 7, determina que a Mesa interrompa o orador que se desviar do assunto em questão. Então, nestas condições, a Mesa solicita ao ilustre Deputado que está com a palavra, para que se atenha ao assunto que Vossa Excelência pediu para encaminhar.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, votarei favorável e agradeço e queria apenas um reparo, Sr. Presidente, se Vossa Excelência me permite é que não é possível, os homens que ontem vieram junto conosco hostilizar o nosso Líder hoje. É só isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação o Projeto de Resolução 7/83.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI — (Para encaminhamento de votação).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Apenas para render a minha homenagem àquele grande Deputado que por esta Casa passou. Este projeto, por ocasião da sua discussão, talvez seja a maior homenagem a ser prestada a Waldemar Daros. As discussões acaloradas entre duas bancadas, como sempre foi Waldemar Daros um grande lutador, um homem que, ao nós votarmos este projeto, talvez estejamos discutindo e elevando a sua memória, porque Waldemar Daros foi um Deputado que brigou bastante desta tribuna, que muito honrou esta Casa; e talvez esta Casa e talvez estas discussões, hoje, venham dar mais brilho àquele sua memória maravilhosa.

Quero, também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, render homenagem aos Deputados que por aqui passaram e que apresentaram este projeto em 15 de maio de 1975; oito anos se passaram, Srs. Deputados, e este projeto até esta Legislatura tinha sido engavetado, e ao procurar este projeto não foi achado. Um projeto tão significativo, de homenagem tão justa tinha sido apresentado na Legislatura de 75 a 78, subscrito pelo Deputado Jaime Rodrigues de Carvalho, Osvaldo Macedo, Del Ciel, Trajano Bastos, Antônio Facci, Deni Schwartz, Lúcio Machado, Ernesto Gnoato, Rosário Pitelli, Ernesto Dal'Oglio, Valter Pietrângelo, Luiz Carlos Zuk, Valdenício Barbalho, Gabriel Manoel, Muggiati Filho e Lineu Turra.

Vejam, companheiros, de uma Legislatura para cá apenas dois companheiros mantêm o mandato: Trajano Bastos e o nosso aguerrido Deputado Gabriel Manoel que foi um dos subscritores deste projeto.

Então, Sr. Presidente, foram, digo, como injustiças como esta não se podem cometer contra a memória dos grandes Deputados que por esta Casa passaram, procurei e reapresentei este projeto para ver se esta Casa sanava uma grande injustiça e acredito que o encaminhamento do Deputado Gabriel Manoel, do Deputado Erondy Silvério, do Deputado Artagão Mattos Leão, enobrecem a nossa iniciativa. E quero também prestar a minha homenagem ao Deputado Artagão Mattos Leão e ao Deputado João de Mattos Leão que por esta Casa passaram e deixaram seu grande nome.

Muito obrigado aos companheiros e pedimos que todos votem que estaremos prestando uma das maiores homenagens a um Deputado que por aqui passou no seu brilhantismo de sua luta. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o Projeto de Resolução n.º 7/83.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Bancada do PDS quer declarar o seu voto favorável ao projeto de autoria do eminente Deputado Antônio Anibelli, que denomina "Plenário Deputado Waldemar Daros" a este recinto.

Realmente, aprendi, desde criança, a respeitar o Deputado Waldemar Daros, progenitor do ex-Deputado Adalberto Daros, pela veemência com que defendia as suas idéias e com a lucidez que combatia o bom combate em favor do Paraná. Apesar de discordar de algumas das suas idéias, talvez seja conveniente aqui dizer que concordamos quando se recorda neste plenário o conviver dos contrários, a frase de que posso discordar daquilo que dizeis, mas defendendo até à morte o direito de dizer. Realmente, o Deputado Daros merece esta homenagem e é por isso que a bancada associa-se ao projeto do eminente Deputado Antônio Anibelli que, por sua vez, dentro da tradição lembrada nesta tarde, teve também o seu pai como um dos Presidentes desta Casa, deste Poder e que honrou a representação que recebeu do povo do Paraná ao longo de quatro mandatos, exercendo, inclusive, a mais alta supremacia estadual quando do afastamento do saudoso Professor Bento Munhoz da Rocha Netto, do cargo de Governador.

Mas quer também a Bancada do PDS dizer que este plenário deve ser o fórum dos grandes debates do Paraná, até em homenagem ao passado desta Casa e ao passado de Waldemar Daros.

Que ele o seja, Sr. Presidente, para o bem do povo do nosso Estado; que ele seja o local e a trincheira do bom combate; que não seja, Sr. Presidente, por exemplo, o local onde um Deputado R.J., Canet, Alípio, Afonso, Arraes, Chagas Freitas, Canet, Kalil, Requião, possa tentar, através da troca de nomes, tentar embaraçar aqueles que para se eleger, não precisam do "marketing" político, e, muito menos, da troca de nomes.

É por isto, Sr. Presidente, que apoiamos o projeto e votaremos favoravelmente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu desejo, nesta oportunidade, expressar o meu total apoio à iniciativa do Deputado Antônio Anibelli. Porque, de fato, esta Casa estava devendo o cumprimento de um dever que, ora se faz, que é homenagear o Deputado Waldemar Daros.

E eu quero, em abono a esta posição favorável ao projeto, relembrar a filosofia nacionalista de Waldemar Daros.

E, em lembrando posição desse ilustre Deputado, eu queria me deter, para lembrança de todos, à sua luta vitoriosa por fim, em favor da encampação dos serviços de energia elétrica na região de Curitiba, que, como todos sabem, estava a cargo de uma empresa privada estrangeira, a Companhia de Força e Luz do Paraná. E foi o Deputado Waldemar Daros, da tribuna da Assembléia Legislativa, que ele tanto usou e tanto honrou, que se encaminhou, que se desencadeou um processo que, por fim resultou na fundação da COPEL e na compra dos acervos da Companhia Força e Luz do Paraná, porque o setor da energia elétrica, pela importância que tem no processo social global, não pode estar, como não está no Brasil, hoje, entregue a uma determinada empresa privada. É tarefa que se exige, esteja em mãos do Estado, que deve, naturalmente, conduzir a solução da problemática energética em favor dos elevados interesses de toda a coletividade.

E eu lembro, portanto, este grande aspecto que, na época, me chamou a atenção, como estudioso dos problemas do Paraná, e eu tive oportunidade de acompanhar os pronunciamentos de Waldemar Daros, no sentido de nacionalização dos serviços de energia elétrica em Curitiba e no Paraná, que deu esse resultado todo que temos hoje, no Brasil inteiro, com a criação da ELETROBRÁS, com a criação da COPEL, estando, portanto, esse setor completamente nacionalizado e estatizado.

Ficam aqui estas minhas palavras, Deputado Antônio Anibelli, ficam aqui as minhas palavras, nobres Deputados, no sentido de justificar o meu integral apoio à iniciativa de Vossa Excelência, e o meu, portanto, voto favorável, porque esta Casa está, hoje, sanando uma ausência de cumprimento de um dever de homenagear um dos mais ilustres Deputados Estaduais que esta Casa teve através dos seus tempos, dos seus últimos tempos!

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação o projeto. — Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança, visando a criação de uma CIRETRAN no Município de Pérola. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido que o mesmo autorize a reabertura de um Posto da Cafe do Paraná, no Município de Prudentópolis. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, pleiteando iluminação pública em todo perímetro urbano do Município de Marechal Cândido Rondon. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Interior, apelando no sentido de que seja determinado ao DNOS, a dragagem do Rio Barreiro, no Centro da cidade de Rebouças, numa extensão de 1.500 metros lineares. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a ligação asfáltica do Município de Ipiranga à BR-373, numa extensão de 20 km. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Cultura e Esporte, objetivando a liberação de verba para o término de construção da Quadra de Esportes do Município de Ipiranga. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao jornal "O Paraná", de Cascavel, pelo seu sétimo aniversário de fundação. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, visando a pavimentação do antigo acesso ligando a BR-277 ao Município de Guaraniaçu. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, visando a estadualização das estradas; ligando Guaraniaçu à Altamira, que passa por Santa Luzia; estrada

ligando a BR-277 à Campo Bonito, Sertãozinho, Agrinco e Braganey; e a estrada ligando a BR-277 à Diamante, Vila União até Palmital (atravessa o Rio Piquiri). — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, com apoio do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Diretor-Presidente da MINEROPAR, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, apelando no sentido de que seja instituído concurso público para escolha do projeto da construção da nova sede da empresa. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubenn Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, no sentido de urgenciar a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento, na Comarca de Campo Mourão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, visando a construção de Mini-Postos de Saúde nos bairros Lar-Paraná e Vila Urupês, no Município de Campo Mourão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, visando a construção de dois ginásios de esportes de pequeno porte, ambos no Município de Campo Mourão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do IAPAS, para que o mesmo dê caráter de urgência ao atendimento à solicitação da Associação dos Servidores da Previdência Social de Londrina, na doação ou venda de um terreno de 4.000 m², situado em Londrina, para a construção de um conjunto de apartamento. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à COHAPAR, providências no sentido do asfaltamento da área interna do Conjunto Henrique Pereira no Município de Ibiporã. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Itaipu Binacional, pleiteando indenização de cinquenta e dois milhões de cruzeiros, ao Município de Campo Mourão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro dos Transportes e Presidente do DNER, no sentido de ser construído um "Anel Viário" na sede do Município de Campo Mourão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, para que o mesmo determine ao Sr. Presidente da FAMEPAR, providências para que os Municípios do Estado, sejam beneficiados por decisão do STF, segundo a qual é inconstitucional o recolhimento de vinte por cento dos valores recolhidos pelo INCRA, nos últimos cinco anos. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, para que o mesmo determine a COPEL, a construção de uma rede de energia elétrica no Lotea-

mento Bela Vista, no Município de Ipiranga. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR, a construção de uma Unidade Escolar, para o funcionamento do primeiro grau, no Município de Ipiranga. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando a retirada da Mesa Executiva deste Poder, do Relatório encaminhado pela Comissão Especial - Usina Central do Paraná. — Em discussão.

UM SENHOR DEPUTADO — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Para discutir, adia-se na forma regimental.

O SR. FUAD NACLI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa a Vossa Excelência que o requerimento de vossa autoria está adiado na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Vossa Excelência terá oportunidade de discutí-lo na sessão de amanhã.

O SR. FUAD NACLI — Mas eu pedi para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atendeu a um pedido anterior ao de Vossa Excelência, que pediu para discutir, e como é a primeira fase de entrada desse requerimento, quando o Deputado pede para discutir ele é adiado automaticamente, para a próxima sessão.

O SR. FUAD NACLI — Senhor Presidente, requeiro que seja votado hoje, então, o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Vossa Excelência requer que seja votado hoje? É que houve um pedido da Liderança do PMDB para discutí-lo e assim fazemos na forma do Artigo 150 do Regimento Interno:

“Se algum Deputado pediu a palavra sobre o requerimento sujeito à discussão, será ela adiada para depois de ultimada a matéria constante da ordem do dia seguinte”.

O SR. FUAD NACLI — Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 19 de maio, à hora regimental, com a seguinte ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 07/83.

Marca ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 20, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 04 e 104/82.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

DECRETO LEGISLATIVO Nº 272/83

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, o funcionário ATTÍLIO PEREIRA DE LIMA, matrícula n.º 478, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, até 28 de fevereiro de 1985, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, respeitando-se o Decreto Legislativo n.º 83/81. (Protoc. 3411/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 273/83

I — exonerar NEREU ALVES DE MOURA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 400/81, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — prover GELSOM JAQUES BREDÁ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi; e,

III — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 3705/83)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 274/83

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 330/80, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Auxiliar de Gabinete da Presidência, o funcionário ANTÔNIO CECCON, matrícula n.º 554, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o mencionado funcionário para exercer as funções de Chefe da Seção de Controle de Material, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes;

III — atribuir ao funcionário LUCIANO ANTÔNIO BITTENCOURT, matrícula n.º 519, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Função Gratificada, símbolo 1-F, de membro da Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações - CAJL, de acordo com o Art. 25, do Decreto n.º 187/80.

(Protoc. 3473/83)

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 11/05/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

Portarias:

PORTARIA

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 344/83

mandar contar, para os efeitos de aposentadoria, nos termos da Lei n.º 7634, de 11 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n.º 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de NORMA BUEST ROSÁRIO, matrícula n.º 294, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de onze (11) anos, oito (08) meses e vinte e dois (22) dias, em que prestou serviços em atividades regida pela Lei n.º 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. 3116/83)

PORTARIA Nº 345/83

colocar os funcionários GERSON NEMES e LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição da Comissão de Apoio aos trabalhos previstos no processo protocolado sob o n.º 2453/83.

PORTARIA Nº 346/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro

de 1975, em favor de JOSÉ CHECHELISKI, matrícula nº 393, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981 e 1982, que deixou de gozar. (Protoc. 3606/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de maio de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral

PORTARIA Nº 348/83

I — revogar a Portaria nº 099/83, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tuguio Setogutte, o funcionário LUCIANO ANTÔNIO BITTENCOURT, matrícula nº 519, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia;

II — designar o citado funcionário para compor a Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações - CAJL.

(Protoc. 3473/83)

PORTARIA Nº 349/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário INOLAN ANTÔNIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA, matrícula nº 123, ocupante do cargo de Médico B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 3635/83)

PORTARIA Nº 350/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RUI FRANCISCO GABARDO, matrícula nº 605, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. 3661/83)

PORTARIA Nº 351/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário RUI FRANCISCO GABARDO, matrícula nº 605, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 3586/83)

PORTARIA Nº 352/83

conceder ao funcionário SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, matrícula nº 172, ocupante do cargo de Assistente de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 29 de abril de 1983, em prorrogação.

(Protoc. 3637/83)

PORTARIA Nº 353/83

conceder à funcionária GENIR DOS SANTOS FERNANDES, matrícula nº 199, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1º de maio de 1983, em prorrogação.

(Protoc. 3696/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de maio de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral

PORTARIA Nº 354/83

conceder à funcionária VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula nº 228, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 04 de maio de 1983.

(Protoc. 3779/83)

PORTARIA Nº 355/83

conceder ao funcionário JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula nº 394, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1982, a partir de 04 de maio de 1983.

(Protoc. 3707/83)

PORTARIA Nº 356/83

conceder ao funcionário HEITOR GURGEL DO AMARAL VALENTE NETO, matrícula nº 418, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 05 de maio de 1983.

(Protoc. 3780/83)

PORTARIA Nº 357/83

designar EDSON LUIZ DE SOUZA, funcionário contratado pela Resolução nº 71/80, para prestar serviços como Datilógrafo, junto ao Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 03 de maio de 1983.

(Protoc. 3663/83)

PORTARIA Nº 358/83

conceder à funcionária MARINA CUNHA MARTINS, matrícula nº 597, ocupante do cargo de Assessor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, cinco (05) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 02 de maio de 1983.

(Protoc. 3709/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de maio de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral

DEPARTAMENTO FINANCEIRO -- CONTADORIA GERAL

BALANCETE DO MÊS DE ABRIL DE 1983

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 -- Tesouraria	57.032.781,61	PESSOAL	572.700.000,00
EXECUÇÃO DA DESPESA		211.101 -- Venc. e Vantagens Fixas	- o -
202.111.11 -- Venc. e Vantagens Fixas	562.706.754,10	211.102 -- Desp. Variáveis C/P/Civil	- o -
202.111.12 -- Desp. Variáveis C/P/Civil	- o -	211.103 -- Contribuições de Prev. Social	18.7000.00,00
202.111.21 -- Contribuições de Prev. Social	- o -	211.104 -- Outras Obrigações Patronais	206.000.000,00
202.111.22 -- Outras Obrigações Patronais	17.190.950,23	211.105 -- Inativos	48.300.000,00
202.112 -- Material de Consumo	23.921.092,88	211.106 -- Pensionistas	3.800.000,00
202.113 -- Serviços de Terceiros e Encargos	270.743.012,31	211.107 -- Salário Família	- o -
202.114 -- Desp. dos Exerc. Anteriores	1.290.161,12	211.108 -- Outras Transf. a Pessoas	849.500.000,00
202.121 -- Subvenções Sociais	55.680.000,00	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.122.1 -- Inativos	187.975.690,27	211.201 -- Material de Consumo	24.000.000,00
202.122.2 -- Pensionistas	48.289.606,00	211.202 -- Serv. de Terceiros e Encargos	164.820.000,00
202.122.3 -- Salário família	3.799.464,60	211.203 -- Desp. dos Exerc. Anteriores	1.500.000,00
202.122.4 -- Apoio Financeiro a Estudantes	- o -	211.204 -- Subvenções Sociais	55.680.000,00
202.122.5 -- Assist. Médico-Hospitalar	14.000.000,00	211.205 -- Apoio Financeiro a Estudantes	- o -
202.122.6 -- Outras Transferências a Pessoas	- o -	211.206 -- Assist. Médico-Hospitalar	14.000.000,00
202.131 -- Obras e Instalações	36.490.906,90	CAPITAL	
202.132 -- Equip. e Material Permanente	2.583.931,00	211.301 -- Obras e Instalações	500.000,00
CONTAS PENDENTES		211.302 -- Equip. e Material Permanente	7.500.000,00
203.202 -- Div. Responsáveis	596.570,00	CREDITORES	
203.101 -- Despesas Diferidas	- o -	212.101 -- Despesas Empenhadas	50.034.458,27
203.201 -- Outras Contas Pendentes	- o -	213.101 -- Despesas Processadas	108.955.894,36
TOTAL DO ATIVO		213.20 -- Folha de Pagamento	854.367,07
	1.282.300.921,02	213.30 -- Restituições	142.626,62
		CONTAS PENDENTES	
		215.101 -- Outras Contas Pendentes	1.010.185,44
		RESTOS A PAGAR	
		216.10 -- Empenhadas	3.738.685,26
		216.209 -- Processadas Creditores	64.704,00
		216.30 -- Cred. em Consignações	- o -
		216.405 -- Proces. Folha de Pagamento	- o -
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 -- Consignações	164.800.921,02
		TOTAL DO PASSIVO	1.282.300.921,02